INEXIGIBILIDADE Nº 010/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMEDUC
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

ORGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE DO MARANHÃO
SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEDUC
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: GEANE VIANA DA SILVA CARVALHO – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA.
Justificativa da necessidade da contratação: A aquisição do Laboratório Educacional Móvel surge como uma solução versátil, sustentável e economicamente viável para atender a essas demandas, destacando-se pelos seguintes pontos: **Versatilidade e Flexibilidade de Espaço:** Por ser compacto e dotado de rodízios (rodas), o laboratório móvel transforma qualquer sala de aula comum em um ambiente de aprendizagem prática e científica em poucos minutos, dispensando reformas prediais ou salas exclusivas. **Compartilhamento de Recursos:** Um único módulo ou conjunto pode atender a múltiplas turmas e turnos na mesma escola (ou entre unidades da rede), otimizando o uso do patrimônio público e reduzindo o custo por aluno atendido. **Benefícios Pedagógicos e Impacto Educacional** **Estímulo às Metodologias Ativas:** Promove a transição do ensino meramente expositivo para o aprendizado prático e investigativo, aumentando o engajamento e o interesse dos alunos. **Melhoria dos Indicadores de Desempenho:** A aplicação prática dos conteúdos teóricos favorece a retenção de conhecimento, refletindo positivamente no desempenho dos alunos em avaliações internas e exames nacionais (como IDEB e SAEB). **Democratização do Acesso à Ciência:** Garante que todos os estudantes da rede pública tenham acesso às mesmas ferramentas tecnológicas e experimentais, independentemente do porte ou localização da escola em que estudam. **Eficiência Administrativa e Viabilidade Econômica** **Relação Custo-Benefício:** O custo de aquisição e manutenção de laboratórios móveis é significativamente inferior ao investimento exigido para a construção e equipagem de laboratórios físicos fixos para todas as unidades escolares. **Prontidão de Uso e Baixa Manutenção:** Os laboratórios móveis são entregues prontos para uso (plug and play), com estrutura resistente, facilitando o armazenamento seguro e o controle patrimonial dos insumos e equipamentos. **Alinhamento Legal e Normativo** A presente contratação encontra respaldo normativo e alinhamento com os seguintes diplomas: **Constituição Federal (Art. 206, VII):** Garantia do padrão de qualidade do ensino. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996):** Incentivo ao desenvolvimento do pensamento científico e domínio das tecnologias. **Plano Nacional de Educação (PNE):** Cumprimento de metas voltadas à melhoria da qualidade da Educação Básica e à inclusão de tecnologias nas escolas públicas. Ante o exposto, a aquisição do Laboratório Educacional Móvel demonstra-se imprescindível para garantir o acesso equitativo a um ensino prático, moderno e de qualidade na rede municipal de ensino, representando uma solução eficiente, de alto impacto pedagógico e plenamente alinhada aos princípios da economicidade e do interesse público.

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMEDUC
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

Quantitativos dos serviços a serem contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
1	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA MÓVEL CONTENDO: CARRO DE ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E RECARGA PRÁTICA PARA 40 POSIÇÕES DE NETBOOKS, CHROMEBO-OKS E TABLETS DE ATÉ 12 POLEGADAS. COM 30 CHROME-BOOKS. EQUIPAMENTO JÁ VAI ORGANIZADO, MONTADO, PLOTADO E CONFIGURADO PARA USO.	UND	5
2	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA MÓVEL CONTENDO: CARRO DE ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E RECARGA PRÁTICA PARA 40 PEÇAS DE NETBOOKS, CHROMEBO-OKS E TABLETS DE ATÉ 12 POLEGADAS. COM 35 CHROME-BOOKS. EQUIPAMENTO JÁ VAI ORGANIZADO, MONTADO, PLOTADO E CONFIGURADO PARA USO.	UND	5

Previsão de data em que deve ser iniciada o fornecimento: Conforme Termo de Referência.

Amarante do Maranhão (MA), 03 de junho de 2025.

Sra. Geane Viana da Silva Carvalho
CPF nº 522.152.373-68
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo n° 120/2025

Aos 05 dias, do mês de junho, do ano de 2025, declaro aberto o presente processo administrativo, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA, contendo inicialmente 2 (duas) folhas, contando com o presente TERMO DE ABERTURA e TERMO DE AUTUAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 120/2025.

.

Amarante do Maranhão (MA), 05 de junho de 2025.

Sra. Geane Viana da Silva Carvalho
CPF nº 522.152.373-68
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA DE
AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

TERMO DE AUTUAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 120/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA.

Na condição de Secretária Municipal de Educação, autuo o termo de abertura deste processo administrativo e demais documentos a ele anexados, que me foram entregues pelo Secretaria Municipal de Educação, do que para constar lavro a presente autuação.

Amarante do Maranhão (MA), 05 de junho de 2025.

Sra. Geane Viana da Silva Carvalho
CPF nº 522.152.373-68
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA DE
AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

DESPACHO

ASSUNTO: Elaboração do Estudo Técnico Preliminar

Encaminho o Processo Administrativo n° 120/2025, ao Servidor DIEGO TINOCO FROIS, para elaboração do Estudo Técnnico Preliminar da Contratação pretendida.

Amarante do Maranhão (MA), 05 de junho de 2025.

Sra. Geane Viana da Silva Carvalho
CPF nº 522.152.373-68
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº 120/2025

Requisitantes: Secretária Municipal de Educação – Sra. Geane Viana da Silva Carvalho.

Objeto Solicitado: Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA.

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar - ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Referência: Art. 5° da Lei n° 526/2024.

1 – DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

1.1 Identificação do problema (demanda):

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

1.2 Justificativa da necessidade da contratação:

A aquisição do Laboratório Educacional Móvel surge como uma solução versátil, sustentável e economicamente viável para atender a essas demandas, destacando-se pelos seguintes pontos:

Versatilidade e Flexibilidade de Espaço: Por ser compacto e dotado de rodízios (rodas), o laboratório móvel transforma qualquer sala de aula comum em um ambiente de aprendizagem prática e científica em poucos minutos, dispensando reformas prediais ou salas exclusivas.

Compartilhamento de Recursos: Um único módulo ou conjunto pode atender a múltiplas turmas e turnos na mesma escola (ou entre unidades da rede), otimizando o uso do patrimônio público e reduzindo o custo por aluno atendido.

Benefícios Pedagógicos e Impacto Educacional

Estímulo às Metodologias Ativas: Promove a transição do ensino meramente expositivo para o aprendizado prático e investigativo, aumentando o engajamento e o interesse dos alunos.

Melhoria dos Indicadores de Desempenho: A aplicação prática dos conteúdos teóricos favorece a retenção de conhecimento, refletindo positivamente no desempenho dos alunos em avaliações internas e exames nacionais (como IDEB e SAEB).

Democratização do Acesso à Ciência: Garante que todos os estudantes da rede pública tenham acesso às mesmas ferramentas tecnológicas e experimentais, independentemente do porte ou localização da escola em que estudam.

Eficiência Administrativa e Viabilidade Econômica

Relação Custo-Benefício: O custo de aquisição e manutenção de laboratórios móveis é significativamente inferior ao investimento exigido para a construção e equipagem de laboratórios físicos fixos para todas as unidades escolares.
Prontidão de Uso e Baixa Manutenção: Os laboratórios móveis são entregues prontos para uso (plug and play), com estrutura resistente, facilitando o armazenamento seguro e o controle patrimonial dos insumos e equipamentos.

Alinhamento Legal e Normativo

A presente contratação encontra respaldo normativo e alinhamento com os seguintes diplomas:
Constituição Federal (Art. 206, VII): Garantia do padrão de qualidade do ensino.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996): Incentivo ao desenvolvimento do pensamento científico e domínio das tecnologias.
Plano Nacional de Educação (PNE): Cumprimento de metas voltadas à melhoria da qualidade da Educação Básica e à inclusão de tecnologias nas escolas públicas.

Ante o exposto, a aquisição do Laboratório Educacional Móvel demonstra-se imprescindível para garantir o acesso equitativo a um ensino prático, moderno e de qualidade na rede municipal de ensino, representando uma solução eficiente, de alto impacto pedagógico e plenamente alinhada aos princípios da economicidade e do interesse público.

2 – DEFINIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO

2.1 Objeto:

Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA.

2.2 Natureza do Objeto:

Trata-se de natureza comum.

3 – ANÁLISE DE SOLUÇÕES

3.1 Solução escolhida:

Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA.

3.2 Justificativa da escolha:

A Rede Municipal de Ensino de Amarante do Maranhão busca assegurar o acesso equitativo às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) a todos os seus discentes, tanto na sede urbana quanto nas escolas localizadas na zona rural e em áreas de difícil acesso.

A implementação do **Laboratório Educacional Móvel de Informática (LEMI)** surge como uma solução estratégica para superar entraves históricos enfrentados pela infraestrutura escolar municipal, tais como:

- Ausência de salas físicas exclusivas para laboratórios fixos na maioria das unidades escolares.
- Custos elevados de adaptação predial (obras civis, climatização dedicada e instalações elétricas especiais).
- Dificuldade de manter laboratórios fixos operacionais e seguros contra furtos ou depredações.

Fundamentação Pedagógica e Alinhamento à BNCC

A aquisição dos laboratórios móveis atende diretamente aos referenciais legais da Educação Nacional:

- **Diretrizes da BNCC (Base Nacional Comum Curricular):** Atende de forma transversal à **Competência Geral nº 5**, que orienta o uso da cultura digital para compreender, utilizar e criar tecnologias de informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.
- **Inclusão e Metodologias Ativas:** O laboratório móvel permite a "tecnologia itinerante", levando os dispositivos (notebooks, Chromebooks ou tablets) para dentro da sala de aula comum. Isso integra o recurso digital ao planejamento diário do professor, favorecendo o ensino híbrido, a pesquisa guiada e a alfabetização digital sem descontextualizar o aluno de seu ambiente regular de aprendizagem.

Vantagens Técnicas e Operacionais da Solução Móvel

A opção pelo laboratório móvel (composto por carrinho recarregável/armazenador, dispositivos e roteador Wi-Fi móvel) apresenta vantagens expressivas em relação ao modelo de laboratório fixo tradicional:

Flexibilidade e Mobilidade:

- Uma única estrutura atende múltiplas turmas e turnos na mesma escola, otimizando o uso dos equipamentos.
- Fácil deslocamento entre salas de aula por meio de gabinete/carrinho com rodas adaptadas e travas de segurança.

Segurança e Armazenamento Apropriado:

- Gabinete em aço reforçado com tranca de segurança, reduzindo drasticamente os riscos de furto ou danos mecânicos.

Otimização de Infraestrutura e Economia de Recursos:

- **Sem Obras Civis:** Não exige reformas de salas, instalação de bancadas fixas ou readequação de redes elétricas complexas.
- **Economia de Energia:** Dispositivos móveis de baixo consumo e carregamento centralizado eliminam a necessidade de manter climatização contínua para redes de computadores de mesa (desktops).

Conectividade e Autonomia:

- Roteadores integrados ao gabinete permitem a criação de uma rede local (Intranet) ou acesso facilitado à internet em qualquer dependência da escola.

Conclusão

A aquisição do **Laboratório Educacional Móvel de Informática** representa a alternativa mais viável, econômica e inclusiva para a modernização tecnológica das escolas municipais de Amarante do Maranhão. A solução alia a modernização do ensino à otimização dos recursos públicos, promovendo a democratização do acesso à tecnologia e preparando os estudantes para as demandas da sociedade do conhecimento.

3.3 VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência do contrato é até 31 de dezembro de 2025.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS E ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL

Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL

1	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA MÓVEL CONTENDO: CARRO DE ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E RECARGA PRÁTICA PARA 40 POSIÇÕES DE NETBOOKS, CHROMEBO-OKS E TABLETS DE ATÉ 12 POLEGADAS. COM 30 CHROME-BOOKS. EQUIPAMENTO JÁ VAI ORGANIZADO, MONTADO, PLOTADO E CONFIGURADO PARA USO.	UND	5	R$ 105.000,00	R$ 525.000,00
2	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA MÓVEL CONTENDO: CARRO DE ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E RECARGA PRÁTICA PARA 40 PEÇAS DE NETBOOKS, CHROMEBO-OKS E TABLETS DE ATÉ 12 POLEGADAS. COM 35 CHROME-BOOKS. EQUIPAMENTO JÁ VAI ORGANIZADO, MONTADO, PLOTADO E CONFIGURADO PARA USO.	UND	5	R$ 115.000,00	R$ 575.000,00

5 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Em levantamento realizado, não foi constatado uma contratação com objeto semelhante ainda vigente.

6 – RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição de um **Laboratório Educacional Móvel (LEM) de Informática** para a Rede Municipal de Ensino de Amarante do Maranhão visa modernizar a infraestrutura pedagógica, democratizar o acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e apoiar a recomposição de aprendizagens.

1. Inclusão Digital e Democratização do Acesso

- **Equidade no acesso tecnológico:** Proporcionar o uso de dispositivos modernos (notebooks, tablets ou *chromebooks*) a alunos de escolas urbanas, que muitas vezes não dispõem de computadores em casa.
- **Flexibilidade e mobilidade:** Levar a informática até as salas de aula regulares, sem a necessidade de deslocamento dos alunos ou da construção de salas dedicadas de laboratório fixo.

2. Qualificação do Processo de Ensino e Aprendizagem

- **Desenvolvimento da Cultura Digital:** Estimular o pensamento computacional, a resolução de problemas e o letramento digital em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- **Uso de softwares pedagógicos:** Apoiar o ensino de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências por meio de jogos educativos, plataformas adaptativas e conteúdos interativos.
- **Engajamento dos estudantes:** Aumentar o interesse e a assiduidade dos alunos por meio de aulas mais dinâmicas e interativas.

3. Apoio e Capacitação do Corpo Docente

- **Integração de novas metodologias:** Facilitar o trabalho do professor com metodologias ativas (ensino híbrido, sala de aula invertida e aprendizagem baseada em projetos).
- **Agilidade na gestão escolar:** Permitir o registro digital de frequência, avaliações diagnósticas e acompanhamento contínuo do desempenho dos alunos dentro do ambiente escolar.

4. Otimização de Recursos e Gestão Pública

- **Racionalização de custos:** Evitar altos custos de obras para ampliação física de escolas, otimizando o investimento público através de um gabinete móvel recarregável e seguro.
- **Preservação do patrimônio público:** Garantir o armazenamento seguro, transporte adequado e carregamento centralizado (carrinho/gabinete de recarga inteligente) dos equipamentos.

Principais Indicadores e Metas de Impacto

Dimensão	Indicador de Sucesso Esperado

Dimensão	Indicador de Sucesso Esperado
Acesso	100% de atendimento às turmas prioritárias da rede municipal
Aprendizagem	Melhoria nos índices de proficiência (Ideb, SAEB e avaliações diagnósticas estaduais/nacionais)
Prática Pedagógica	Aumento da diversidade de recursos didático-tecnológicos aplicados pelos professores
Infraestrutura	Cobertura tecnológica móvel das unidades de ensino contempladas

7 – ADEQUAÇÃO AO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não há necessidade de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada

8 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos Técnicos Mínimos dos Equipamentos
A. Gabinete / Carrinho Móvel de Carga e Armazenamento

- **Capacidade:** Armazenamento e carga simultânea para 20 a 40 notebooks/chromebooks (definir conforme demanda da rede municipal).
- **Estrutura:** Aço carbonatado ou material metálico de alta resistência, anticorrosivo, com portas com fechadura/tranca de segurança de três pontos.
- **Mobilidade:** Rodízios de alta resistência (no mínimo 4 rodas, sendo 2 com travas de segurança) e puxadores ergonômicos.
- **Sistema elétrico e de recarga:**
  - Sistema de recarga inteligente (proteção contra sobrecarga, curto-circuito e surtos de tensão).
  - Cronômetro/temporizador de ciclo de carga.
  - Cabo de alimentação externo padrão ABNT (mínimo de 3 a 5 metros).
  - Ventilação forçada (colmeia/ventoinhas) para dissipação de calor durante a recarga.
- **Conectividade:** Compartimento dedicado para acoplamento e proteção de roteador Wi-Fi.

B. Dispositivos Computacionais (Notebooks / Chromebooks)

- **Processador:** Mínimo Intel Core i3 (11ª/12ª Geração ou superior) / AMD Ryzen 3 ou equivalente ARM/Chromebook corporativo de última geração.
- **Memória RAM:** Mínimo de 8 GB RAM.
- **Armazenamento:** Mínimo de 128 GB SSD (ou eMMC corporativo equivalente se Chromebook).
- **Tela:** De 11.6" a 14" HD ou Full HD, antirreflexo, com dobradiças reforçadas (abertura de até 180°).
- **Conectividade:** Wi-Fi 5 / Wi-Fi 6 (dual-band 2.4 GHz e 5 GHz) e Bluetooth 5.0+.
- **Bateria:** Autonomia mínima de 8 a 10 horas contínuas de uso pedagógico.
- **Durabilidade/Resistência:** Certificação de durabilidade (ex: padrão militar MIL-STD-810G/H ou proteção contra quedas leves e derramamento de líquidos no teclado).
- **Sistema Operacional:** Windows 11 Pro / ChromeOS Education / Linux Educacional (conforme a preferência e infraestrutura tecnológica da Secretaria de Educação).

C. Sistema de Conectividade Local

- **Roteador Wireless Integrado:** Roteador Wi-Fi corporativo de alta densidade (mínimo Wi-Fi 5/6 AC/AX), capaz de suportar conexões simultâneas de todos os computadores do carrinho sem perda substancial de desempenho.

Requisitos Pedagógicos e de Conteúdo

- **Softwares Educacionais:** Pré-instalação de softwares educativos e de gestão de sala de aula (possibilidade de controle de tela pelo professor, bloqueio de sites e envio de conteúdos).
- **Plataforma Pedagógica:** Compatibilidade com ambientes virtuais de aprendizagem (Plataforma Google Workspace for Education, Microsoft 365 Education ou softwares do Ministério da Educação/FNDE).

Requisitos de Entrega, Instalação e Serviços

1. **Logística e Entrega:** Os equipamentos deverão ser entregues montados e testados nas unidades escolares indicadas pela Secretaria Municipal de Educação de Amarante do Maranhão.
2. **Ativação e Configuração:**
   - Configuração de rede e domínio dos notebooks.
   - Testes operacionais do sistema de carga dos carrinhos.
3. **Capacitação / Treinamento:**
   - Treinamento presencial ou EAD de no mínimo 8 horas para professores e multiplicadores de tecnologia da rede municipal sobre o manuseio dos gabinetes móveis e utilização das ferramentas pedagógicas.

Requisitos de Garantia e Suporte Técnico

- **Garantia On-site:** Mínimo de 12 meses com atendimento no local (nas escolas ou na sede da Secretaria de Educação em Amarante do Maranhão).
- **Prazo de Atendimento:** Início do atendimento em até 48 horas após a abertura do chamado e resolução do problema/troca do equipamento em até 5 dias úteis.

- **Canais de Suporte:** Disponibilização de suporte técnico telefônico/web via 0800 ou portal de chamados em português.

9 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida, sendo adotada a Modalidade de licitação adequada a natureza do objeto.

Amarante do Maranhão – MA, 10 de junho de 2025.

Atenciosamente,

DIEGO TINOCO FROIS
Diretor de Departamento Administrativo

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

SOLICITAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ao
Departamento de Contabilidade
Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E RUBRICA PARA Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA.

Senhor Contador,

Venho por meio desta solicitar a Vossa Senhoria que informe sobre a disponibilidade orçamentária, bem como a classificação orçamentária/financeira dos recursos para custeio da despesa referente ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 120**/2025, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA.

O valor total estimado da presente demanda é de **R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)**.

Para tanto, encaminhamos os autos do processo administrativo acima identificado.

Na certeza do pronto atendimento a esta solicitação, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos votos de elevado apreço.

Amarante do Maranhão - MA, 10 de junho de 2025.

Sra. Geane Viana da Silva Carvalho
CPF nº 522.152.373-68
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

INFORMAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

À Senhora
GEANE VIANA DA SILVA CARVALHO
Secretária Municipal de Educação

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E RUBRICA PARA Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA.

Em resposta a vossa solicitação, conforme encaminhamento a este departamento, que revendo a Lei Orçamentária vigente no corrente exercício financeiro, verificou-se que há programa, classificação e disponibilidade orçamentária necessária e suficiente para Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA, objeto do Processo Administrativo nº 120/2025, podendo ainda, se for o caso, ser o saldo orçamentário suplementado, sob a seguinte rubrica:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
03 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FUNDEB;
02 – PODER EXECUTIVO;
02 11 – FUNDEB;
021100 – FUNDEB;
12 – EDUCAÇÃO;
12 361 – ENSINO FUNDAMENTAL;
12 361 0403 – ENSINO FUNDAMENTAL;
12 361 0403 2081 0000 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30%;
4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;

Remetam-se os autos à Secretaria Requisitante.

Amarante do Maranhão - MA, 11 de junho de 2025.

WANDERSON TAVARES MENDES
CRC Nº 10.811/O MA
Contador do Município

PREFEITURA DE
AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na qualidade de ordenador(a) de despesas, **DECLARO**, nos termos do Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD e para fins de informação de disponibilidade orçamentária e financeira, que a presente despesa, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA, no valor de **R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)**, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e é compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigentes, nos termos do art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Declaro ainda que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000, especialmente aqueles contidos nos artigos 16 e 17, pois está abrangida pelos créditos genéricos, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não ultrapassam os limites estabelecidos para o presente exercício financeiro.

Amarante do Maranhão - MA, 11 de junho de 2025

GEANE VIANA DA SILVA CARVALHO
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEDUC

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência visa a Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) conforme custos unitários descritos na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA MÓVEL CONTENDO: CARRO DE ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E RECARGA PRÁTICA PARA 40 POSIÇÕES DE NETBOOKS, CHROMEBO-OKS E TABLETS DE ATÉ 12 POLEGADAS. COM 30 CHROME-BOOKS. EQUIPAMENTO JÁ VAI ORGANIZADO, MONTADO, PLOTADO E CONFIGURADO PARA USO.	UND	5	R$ 105.000,00	R$ 525.000,00
2	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA MÓVEL CONTENDO: CARRO DE ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E RECARGA PRÁTICA PARA 40 PEÇAS DE NETBOOKS, CHROMEBO-OKS E TABLETS DE ATÉ 12 POLEGADAS. COM 35 CHROME-BOOKS. EQUIPAMENTO JÁ VAI ORGANIZADO, MONTADO, PLOTADO E CONFIGURADO PARA USO.	UND	5	R$ 115.000,00	R$ 575.000,00
VALOR TOTAL: R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)					

3. DA RAZÃO DE ESCOLHA DO CONTRATADO

3.1 A Rede Municipal de Ensino de Amarante do Maranhão busca assegurar o acesso equitativo às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) a todos os seus discentes, tanto na sede urbana quanto nas escolas localizadas na zona rural e em áreas de difícil acesso.

A implementação do **Laboratório Educacional Móvel de Informática (LEMI)** surge como uma solução estratégica para superar entraves históricos enfrentados pela infraestrutura escolar municipal, tais como:

- Ausência de salas físicas exclusivas para laboratórios fixos na maioria das unidades escolares.
- Custos elevados de adaptação predial (obras civis, climatização dedicada e instalações elétricas especiais).
- Dificuldade de manter laboratórios fixos operacionais e seguros contra furtos ou depredações.

Fundamentação Pedagógica e Alinhamento à BNCC

A aquisição dos laboratórios móveis atende diretamente aos referenciais legais da Educação Nacional:

- **Diretrizes da BNCC (Base Nacional Comum Curricular):** Atende de forma transversal à **Competência Geral nº 5**, que orienta o uso da cultura digital para compreender, utilizar e criar tecnologias de informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.
- **Inclusão e Metodologias Ativas:** O laboratório móvel permite a "tecnologia itinerante", levando os dispositivos (notebooks, Chromebooks ou tablets) para dentro da sala de aula comum. Isso integra o recurso digital ao planejamento diário do professor, favorecendo o ensino híbrido, a pesquisa guiada e a alfabetização digital sem descontextualizar o aluno de seu ambiente regular de aprendizagem.

Vantagens Técnicas e Operacionais da Solução Móvel

A opção pelo laboratório móvel (composto por carrinho recarregável/armazenador, dispositivos e roteador Wi-Fi móvel) apresenta vantagens expressivas em relação ao modelo de laboratório fixo tradicional:

Flexibilidade e Mobilidade:

- Uma única estrutura atende múltiplas turmas e turnos na mesma escola, otimizando o uso dos equipamentos.
- Fácil deslocamento entre salas de aula por meio de gabinete/carrinho com rodas adaptadas e travas de segurança.

Segurança e Armazenamento Apropriado:

- Gabinete em aço reforçado com tranca de segurança, reduzindo drasticamente os riscos de furto ou danos mecânicos.

Otimização de Infraestrutura e Economia de Recursos:

- **Sem Obras Civis:** Não exige reformas de salas, instalação de bancadas fixas ou readequação de redes elétricas complexas.
- **Economia de Energia:** Dispositivos móveis de baixo consumo e carregamento centralizado eliminam a necessidade de manter climatização contínua para redes de computadores de mesa (desktops).

Conectividade e Autonomia:

- Roteadores integrados ao gabinete permitem a criação de uma rede local (Intranet) ou acesso facilitado à internet em qualquer dependência da escola.

Conclusão

A aquisição do **Laboratório Educacional Móvel de Informática** representa a alternativa mais viável, econômica e inclusiva para a modernização tecnológica das escolas municipais de Amarante do Maranhão. A solução alia a modernização do ensino à otimização dos recursos públicos, promovendo a democratização do acesso à tecnologia e preparando os estudantes para as demandas da sociedade do conhecimento.

4. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO

4.1. Considerando a exclusividade do fornecedor para a contratação em questão, conforme previsto no art. 74, I, da Lei 14.133/2021, a verificação dos preços praticados adotou uma abordagem específica devido à impossibilidade de realizar um levantamento comparativo de preços com outros fornecedores no mercado. A natureza exclusiva do objeto oferecido pelo fornecedor implica que ele é a única fonte de suprimento, eliminando a viabilidade de comparações diretas.

4.2. É crucial nestes casos considerar o disposto no § 4º do artigo 23 da Lei 14.133/2021. Este parágrafo estabelece que, nos casos em que não for possível estimar o valor do objeto por meio de outras metodologias, o contratado deve apresentar prova prévia de que os preços propostos estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza.

4.3. A forma de comprovação sugerida é a apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, sejam eles públicos ou privados, no período de até um ano anterior à data da contratação pela administração, ou através de outro meio considerado idôneo.

4.4. Para assegurar a adequação dos preços propostos, foi realizada uma análise baseada em informações fornecidas pelo próprio fornecedor, concentrando-se na verificação da consistência dos valores cobrados em contratações anteriores.

4.5. Este procedimento justifica-se pela singularidade da situação, em que o fornecedor detém exclusividade sobre o bem ou serviço requerido, tornando-se a única opção disponível para atender à necessidade da administração pública.

4.6. A justificativa dos preços envolveu a solicitação e análise de documentos comprobatórios, como notas fiscais ou outros registros de transações anteriores realizadas pelo fornecedor, abrangendo um período de até um ano antes da data da contratação atual.

4.7. Este levantamento de dados permitiu avaliar a coerência dos preços anteriormente praticados, garantindo que o valor proposto para a atual contratação esteja em linha com os valores historicamente praticados pelo fornecedor em situações similares.

4.8. A documentação coletada, que inclui registros de vendas anteriores e possíveis atestados de exclusividade, serve como base sólida para a justificação dos preços. Esse procedimento está alinhado com as diretrizes para contratações diretas por

inexigibilidade devido à exclusividade do fornecedor, assegurando que o preço acordado seja justificado pela falta de alternativas comparáveis no mercado.

5. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação fundamenta-se no disposto no inciso I, do artigo 74 da Lei 14.133/2021 que é a contratação de fornecimento de produtos que só possam ser fornecidos por empresa exclusiva.

6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1. O prazo de vigência da contrato é até 31 de Dezembro de 2025.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na modalidade **INEXIGIBILIDADE**, com fundamento no art. 74, I da Lei Federal 14.133/2021.

Forma de execução

9.2. Os produtos serão fornecidos de forma integral.

10. PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos associados ao fornecimento. Isso inclui, mas não se limita a, custos diretos e indiretos.

10.2. Deve-se considerar também a incidência de impostos, taxas, e quaisquer outras obrigações legais ou fiscais aplicáveis.

10.3. A proposta deve contemplar um modelo de preço abrangente e transparente, assegurando que não haverá custos ocultos ou adicionais para o fornecimento dos produtos.

11. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEDUC

11.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

11.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

11.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

11.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

11.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEDUC

11.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

11.2.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

11.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

11.2.7. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3° da Lei Nº 12.440/2011);

11.2.8. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

11.2.9. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá,

também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.

11.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA,** que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

11.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

11.3.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

a) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
b) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

c) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns)/lote(s) cotado(s) constante(s) do Anexo I deste Termo de Referência.

11.4. **Qualificação Técnica:**

11.4.1. Comprovação de aptidão de fornecimento dos produtos, equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com a comprovação de no mínimo 50% do quantitativo a ser contratado.

11.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

11.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

11.4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

12.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

12.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

12.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.9.1. o prazo de validade;

12.9.2. a data da emissão;

12.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

12.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

12.9.5. o valor a pagar; e

12.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

12.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

12.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.

13.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

13.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Gestor do Contrato

13.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstam o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser

conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão do exercício de 2025, na dotação abaixo discriminada:

03 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FUNDEB;
02 – PODER EXECUTIVO;
02 11 – FUNDEB;
021100 – FUNDEB;
12 – EDUCAÇÃO;
12 361 – ENSINO FUNDAMENTAL;
12 361 0403 – ENSINO FUNDAMENTAL;
12 361 0403 2081 0000 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30%;
4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Amarante do Maranhão - MA, 13 de junho de 2025.

Geane Viana da Silva Carvalho
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEDUC
CONTRATO Nº xxxxxxxxxxxxxx.
PROC. ADM. Nº xxx/202x

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE – MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXX E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Por este instrumento particular, a PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE DO MARANHÃO/MA inscrita no CNPJ sob o nº 06.157.846/0001-16, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo Secretária municipal de XXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, portadora do CI/RG Nº XXXXXXXXXXX e do CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXXXX, situada na XXXXXXXXX, nº XX, XXXXX – XXXXX - XX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXX, neste ato representado pelo XXXXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXX do CPF nº XXXXXXXX, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e justam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a XXXXXXXXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Processo de Inexigibilidade n° XXXXX/202X.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 A Proposta do contratado;

1.2.2 Termo de Referência;

1.2.3 Processo de Inexigibilidade;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, execução, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1 O valor total da contratação é de **R$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXX)**.

4.2 4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta de preços apresentada.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VA = \frac{VDI}{INI} \times INF$$, onde:

VA = Valor Atualizado
VDI = Valor Inicial
INI = IGP-M/FGV na data inicial
INF = IGPM/FGV na data final

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Amarante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.2 A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.3 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.4 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando houver garantia contratual.

8.5 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

9.1 Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por

todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do serviço, durante a vigência do contrato.

9.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

9.18 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.19 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.20 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.22 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da prestação dos serviços da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEDUC

II - 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

IV - 15% (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso na execução do objeto ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3 Indenizações e multas.

12.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Amarante deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.3 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

16.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Amarante – MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

XXXXXXXXXXXX - (XX), XX de XXXXX de 202X.

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA
Secretaria Municipal de XXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXX
Contratante

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEDUC
CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____ CPF nº _____

Nome: _____ CPF nº _____

PREFEITURA DE
AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

DESPACHO PARA CONVOCAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Ao Senhor
Valdenilson de Sousa Costa
Agente de Contratação

Solicito que tome as devidas providências para andamento do Processo de Contratação Direta por Inexigibilidade nº 010/2025 que objetiva a Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA, a fim de que realize a convocação a empresa **INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 51.364.515/0001-01 encaminhe todos os documentos necessários à comprovação de sua Habilitação conforme Termo de Referência, nos termos do artigo 62 a 68 da Lei 14.133/21.

Solicito que seja emitido relatório quanto à sua regularidade ou não, ao final devolva-se os autos do presente processo para análise, e se for o caso, autorização para processamento da contratação.

Amarante do Maranhão - MA, 13 de junho de 2025.

Geane Viana da Silva Carvalho
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

À(o)
Sr. Línex Geaninne da Silva Santos
Representante Legal da Empresa: INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA – CNPJ nº 51.364.515/0001-01
Com endereço à Quadra I, nº 08, Hélio Jatobá I – São Miguel dos Campos - AL
Contatos: (82) 99999-1404 | comercial@innovplay.com.br

Prezado(a) Senhor(a),

CONSIDERANDO que a proposta de preços apresentado por vossa empresa no âmbito do presente Processo de Contratação cujo objeto é Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA, conforme Processo de Contratação na modalidade Inexigibilidade Nº 010/2025, autuado a partir do Processo Administrativo nº 120/2025, no valor total de **R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)**, foi escolhida pelas razões constantes do processo administrativo em epígrafe, vimos pelo presente **CONVOCAR** Vossa Senhoria, na qualidade de representante legal da referida empresa, para envio dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, conforme descrito no Termo de Referência em anexo, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da recebimento deste.

Amarante do Maranhão - MA, 16 de junho de 2025.

Valdenilson de Sousa Costa
Agente de Contratação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2759790560

2 e 1 NOME E SOBRENOME
LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS

1ª HABILITAÇÃO
05/07/2011

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
31/12/1991, CAMPO ALEGRE, AL

4a DATA EMISSÃO
31/01/2024

4b VALIDADE
08/02/2026

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF
34144307 SSP AL

4d CPF
095.600.704-01

5 Nº REGISTRO
05245411697

9 CAT HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
DURVAL CORREIA DOS SANTOS FILHO

MARIA SUELI DA SILVA SANTOS

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		08/02/2026	
A1			
B		08/02/2026	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO
85438666420
AL03137246S

LOCAL
MACEIO, AL

2759790560

ALAGOAS

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA052454116<974<<<<<<<<<<<<
9112311M2602084BRA<<<<<<<<<<<2
LINEX<<GEANINN<DA<SILVA<SANTOS

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

innov tech

SOLUÇÃO LABORATÓRIO EDUCACIONAL MÓVEL PARA ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA – CNPJ.: 51.364.515/0001-01
Telefone (82) 99999-1404 – Email: comercial@innovplay.com.br
Quadra I nº 08, Hélio Jatobá I – CEP: 57.246-085
São Miguel dos Campos – AL

1. A SOLUÇÃO

A **solução tecnológica da InnovPlay** é uma inovação em tecnologia educacional com controle social que leva um novo modelo de conectividade para as escolas. Integrando administrativo, pedagógico, alunos e professores o **Laboratório Educacional Móvel** vai integrar um conjunto de ações para fortalecimento dos vínculos da Secretaria de Educação, Escola, Professores e Comunidade Escolar.

Os equipamentos que são homologados pelo **Google**, empresa multinacional de softwares fundada em 1998 na cidade norte-americana de Menio Park traz para o ambiente escolar modernidade e tecnologia de última geração para o ambiente escolar.

Os Chromebooks são um novo tipo de computador projetado para ajudar você a realizar tarefas de modo mais rápido e fácil. Eles executam o ChromeOS, um sistema operacional que tem armazenamento em nuvem, traz integrado o melhor do Google e tem diversos níveis de segurança.

Unindo as melhores tecnologias do Mundo, a Innov Soluções Educativas traz para Escolas Públicas do Brasil o Laboratório Educacional Móvel que é composto por Carrinho de Recarga e Armazenamento para até 28/40 equipamentos, 25/35 Chromebooks/Tablets e todo gerenciamento dos equipamentos, com atribuição de permissões de acesso, bloqueio de conteúdos indesejados pelos alunos e gerenciamento eletrônico de carga.

Além disso, o Laboratório conta com aplicativos educacionais com vídeo aulas, jogos educativos que vão alavancar o ensino-aprendizagem dos alunos. Todos os conteúdos são baseados na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e na TRI (Teoria de Resposta ao Item) que regem as Avaliações do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) que mede os índices educacionais de todos os municípios do Brasil.

Por fim, a contratação desta solução, impactará positivamente na melhoria dos índices educacionais, elevando a nota/média do SAEB.

A **InnovPlay** é a única empresa de software Educacional do Norte/Nordeste apoiada pela:

yunus negóciossociais BRASIL

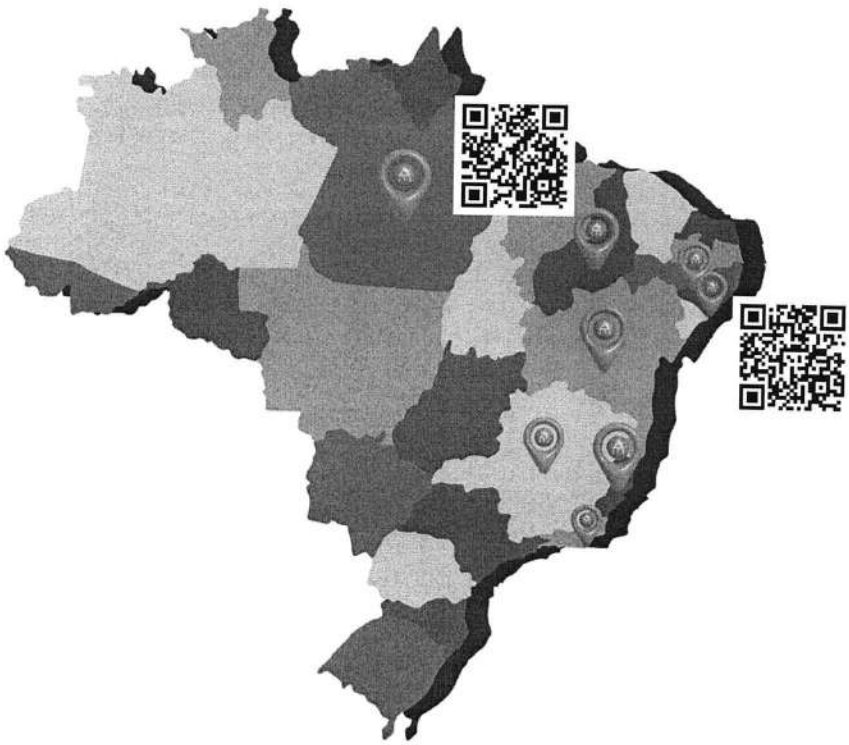
zunne PROGRAMA DE IMPACTO

*Tome Nota: A **Yunus Negócios Sociais** foi fundada em 2011, por **Muhammad Yunus (NOBEL DA PAZ EM 2006)**, **Saskia Bruysten** e **Sophie Eisemann,** para expandir o sucesso dos negócios sociais de Bangladesh e impulsioná-lo ao redor do mundo. A partir disso, nosso modelo de negócio evoluiu para incluir Brasil, Colômbia, Índia, Quênia, Uganda e, mais recentemente, Ruanda.*

O principal objetivo é apoiar financeiramente e não financeiramente empresas que gerem impactos sociais, ambientais por meio de suas atividades.

2. MATURIDADE E EFICIÊNCIA DA SOLUÇÃO:

+ de 1k Escolas
+ de 200k Alunos
+ de 15k Professores
+ de 40 Cidades em 9 Estados



Resultados obtidos:

Queda de 75% no Índice de Infrequência Escolar

Queda de 68% na Evasão Escolar

Economia de mais de R$ 10 milhões só com impressões

3. OBJETIVOS DA SOLUÇÃO

- Melhorar os indicadores do desempenho escolar;
- Proporcionar o acesso a tecnologia voltado para o ensino aprendizagem dos alunos;
- Proporcionar maior transparência nas ações da rede;
- Atender a vasta e dispersa legislação aplicável a educação;
- Viabilizar por meio de dados, a ampliação dos recursos destinados a educação;
- Intervir com precisão e tempestividade nas ocorrências para melhorar o desempenho educacional.
- Alcançar mais eficiência na rotina dos docentes com automação de atividades como: lançamento de notas, controle da frequência escolar, registro e comunicação de ocorrências, etc;
- Combate a infrequência e evasão escolar e baixo rendimento;
- Gestão dos dados educacionais para melhor tomada de decisão;
- Gamificação de atividades, proporcionando o aprender brincando, melhorando a qualidade do ensino e melhoria na nota do IDEB;

4. A PLATAFORMA DE ENSINO APRENDIZAGEM

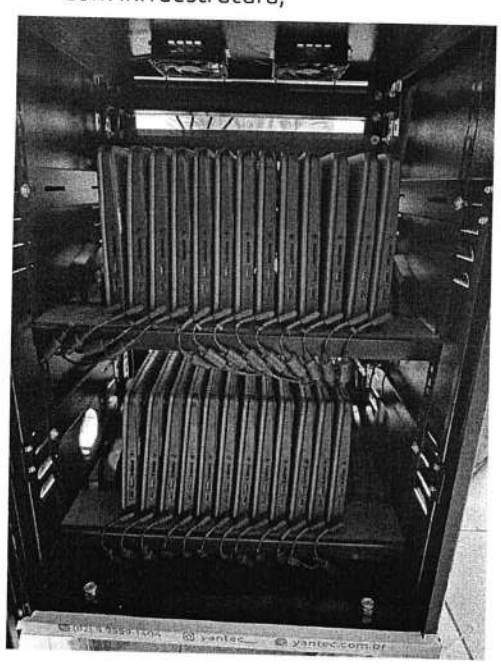


PLATAFORMA DE ENSINO APRENDIZAGEM PARA ALUNOS;

- Vídeo aulas de acordo com a BNCC para cada série;
- Games de Língua Portuguesa e Matemática de acordo com a BNCC e com os Descritores do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental;
- Atividades de Nivelamento;
- Avaliações Institucionais;
- Ranqueamento dos alunos.

LABORATÓRIO EDUCACIONAL MÓVEL

- Chromebooks com auto gerenciamento para alunos e professores;
- Plataforma Google For Education com atividades;
- Carrinhos personalizados e montados com infraestrutura;





innov tech

PROPOSTA DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE DO MARANHÃO/MA

Prezados Senhores, Nos termos da manifestação de Intenção Inexigibilidade de Licitação acima referenciada, apresentamos proposta conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VLR. UNI	VLR. TOTAL
01	**LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA MÓVEL** CONTENDO: CARRO DE ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E RECARGA PRÁTICA PARA 40 POSIÇÕES DE NETBOOKS, CHROMEBOOKS E TABLETS DE ATÉ 12 POLEGADAS. **COM 30 CHROMEBOOKS.** EQUIPAMENTO JÁ VAI ORGANIZADO, MONTADO, PLOTADO E CONFIGURADO PARA USO.	Und	05	105.000,00	525.000,00
02	**LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA MÓVEL** CONTENDO: CARRO DE ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E RECARGA PRÁTICA PARA 40 POSIÇÕES DE NETBOOKS, CHROMEBOOKS E TABLETS DE ATÉ 12 POLEGADAS. **COM 35 CHROMEBOOKS.** EQUIPAMENTO JÁ VAI ORGANIZADO, MONTADO, PLOTADO E CONFIGURADO PARA USO.	Und	05	115.000,00	575.00,00
				TOTAL GLOBAL: R$	**1.100.000,00**

VALOR TOTAL DA PROPOSTA - R$ 1.100.000,00 (Hum milhão e cem mil reais)

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias

CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CONF. CERTIDÃO DE EXCLUSIVIDADE.

São Miguel dos Campos/AL, 26 de maio de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS
Data: 26/05/2025 21:42:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Línex Geaninne da Silva Santos
CPF: 095.600.704-01
Sócio-Administrador

assespro AL

empresa associada assespro AL GARANTIA DE ÉTICA

CERTIDÃO DE EXCLUSIVIDADE

CER (11/2025)

A **ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - REGIONAL DE ALAGOAS (ASSESPRO-AL)**, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega e representa as empresas nacionais fornecedoras de software e prestadoras de serviços de informática, atendendo a solicitação de sua empresa associada, e com fundamento nos documentos regularmente registrados em nossos arquivos, vem certificar, em atendimento ao que reza o art. 74, Inc. I, da Lei 14.133/21, que segundo estas informações, a **INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA.**, com sede na Quadra I, 08 - Hélio Jatobá 1, CEP 57.246-430, São Miguel dos Campos – Alagoas, inscrita no CNPJ sob o nº 51.364.515/0001-01, Inscrição Mun. 212053, é autora e única fornecedora, no Brasil, do produto abaixo descrito:

INNOVPLAY: Laboratório Educacional Móvel com Sistema Virtual de Avaliação e Aprendizagem InnovPlay. A plataforma educacional InnovPlay é uma completa solução educacional composta por formação de professores, recursos multimídias, software e aparato tecnológico visando auxiliar alunos,

Clicksign 81dba734-0e12-43ae-9724-6b5a74fecc67

professores e todas as Secretarias de Educação a ter mais eficiência na preparação dos alunos para as Provas Saeb/INEP.

A solução conta vídeo-aulas gravadas por professores especialistas, com metodologia autoral, customizada com a realidade de cada cliente. Jogos educativos de acordo com as habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Descritos da Prova do Sistema Brasileiro da Educação Básica (SAEB) e de datas comemorativas, geografia e história de cada cliente.

Além disso, conta com atividades que serão elaboradas com base num banco de mais de 100.000 (cem mil) questões, podendo ainda ser registradas novas questões pelos professores. O sistema conta com avaliação institucional que será aplicada aos alunos para preparação da prova oficial do Saeb, fazendo com que a escola tenha antecipadamente uma visão das deficiências para que adote metodologias para garantir que os índices educacionais irão aumentar e os alunos irão aprender mais.

Por fim, o sistema de Virtual de Aprendizagem InnovPlay fornece todo aparato tecnológico com recursos, softwares, hardwares, mão de obra, para que o município eleve os índices educacionais, aliados a tecnologia de última geração, Inteligência Artificial na elaboração e correção de atividades e avaliações.

A requerente declara que é de fato e direito, a autora e/ou única fornecedora no Brasil do produto descrito neste documento. A mesma assume toda e

Clicksign 81dba734-0e12-43ae-9724-6b5a74fecc67

qualquer responsabilidade, no âmbito cível e criminal, sobre a veracidade de tal declaração, isentando a Regional Alagoas, de qualquer encargo e/ou responsabilidade a respeito da mesma e seus efeitos, comprometendo-se, caso necessário, a ressarcir quaisquer despesas ou prejuízos que possam advir, decorrentes do fornecimento da certidão aqui solicitada.

NOME DO PRODUTO: Laboratório Educacional Móvel com Sistema Virtual de Aprendizagem

NÚMERO REGISTRO INPI: BR512024000480-7

Maceió/AL, 22 de abril de 2025.

Documento assinado eletronicamente por:

Carlos Albuquerque Lima Junior
Presidente da Assespro Alagoas

Thiago da Silva Pereira
Vice-presidente Financeiro da Assespro Alagoas

assespro AL

empresa associada assespro AL GARANTIA DE ÉTICA

Jean Paul Torres Neumann

Vice-presidente de Software da Assespro Alagoas

A presente certidão é válida por 90 (noventa) dias, a partir da data das assinaturas abaixo, em todo o território nacional.

Clicksign 81dba734-0e12-43ae-9724-6b5a74fecc67

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasilia
Log gerado em 25 de abril de 2025. Versão v1.42.0.

INNOV_Certidão_CER 11-2025.docx.pdf

Documento número #81dba734-0e12-43ae-9724-6b5a74fecc67

Hash do documento original (SHA256): 89e694b616312bfa24d5f52699a62fdfd7f0d357e44999759e27333224c00af9

Assinaturas

Jean Paul Torres Neumann
Assinou em 22 abr 2025 às 18:25:17

Thiago da Silva Pereira
Assinou em 22 abr 2025 às 20:38:25

Carlos Albuquerque Lima Junior
Assinou em 25 abr 2025 às 16:24:53

Log

22 abr 2025, 16:38:23	Operador com email assespro@assespro-al.org.br na Conta 34d8b576-3c79-4640-b75b-f784778e2848 criou este documento número 81dba734-0e12-43ae-9724-6b5a74fecc67. Data limite para assinatura do documento: 22 de maio de 2025 (16:38). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
22 abr 2025, 16:40:12	Operador com email assespro@assespro-al.org.br na Conta 34d8b576-3c79-4640-b75b-f784778e2848 alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 25 de abril de 2025 (23:59).
22 abr 2025, 16:40:12	Operador com email assespro@assespro-al.org.br na Conta 34d8b576-3c79-4640-b75b-f784778e2848 adicionou à Lista de Assinatura: carlosjr@id5.com.br para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Carlos Albuquerque Lima Junior.
22 abr 2025, 16:40:12	Operador com email assespro@assespro-al.org.br na Conta 34d8b576-3c79-4640-b75b-f784778e2848 adicionou à Lista de Assinatura: neumann@ntech.com.br para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Jean Paul Torres Neumann.

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasilia
Log gerado em 25 de abril de 2025. Versão v1.42.0.

22 abr 2025, 16:40:12	Operador com email assespro@assespro-al.org.br na Conta 34d8b576-3c79-4640-b75b-f784778e2848 adicionou à Lista de Assinatura: tsp_al@hotmail.com para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Thiago da Silva Pereira.
22 abr 2025, 18:25:17	Jean Paul Torres Neumann assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail neumann@ntech.com.br. IP: 179.182.221.181. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -9.660088906519244 e longitude -35.70357850522974. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1184.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
22 abr 2025, 20:38:25	Thiago da Silva Pereira assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail tsp_al@hotmail.com. IP: 177.37.133.70. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -9.654326944749515 e longitude -35.73076563309021. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1184.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
25 abr 2025, 16:24:53	Carlos Albuquerque Lima Junior assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail carlosjr@id5.com.br. IP: 179.235.164.130. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -9.632532532866929 e longitude -35.71312627112729. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1189.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
25 abr 2025, 16:24:54	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 81dba734-0e12-43ae-9724-6b5a74fecc67.

ICP Brasil

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://www.clicksign.com/validador e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 81dba734-0e12-43ae-9724-6b5a74fecc67, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA inscrita no CNPJ nº. 51.364.515/0001-01, sediada na Quadra I número 08 no bairro Hélio Jatobá 1 em São Miguel dos Campos/AL, forneceu em Março de 2025, 10 (dez) Laboratórios Educacional Móvel composto por Carrinho de Recarga com até 40 posições, sendo 03 (três) Laboratórios com 35 chromebooks e 07 (sete) Laboratórios com 40 Chromebooks Samsung cada carrinho, totalizando 385 Chromebooks e sistema de gerenciamento dos equipamentos.

A empresa fornece ainda licença de software pedagógico para alunos do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino contendo jogos, vídeo aulas, simulados e avaliações diagnosticas conforme contrato Inexigibilidade nº 013/2025, Processo Administrativo nº. 033/2025.

Declaramos ainda que a empresa presta assistência técnica online e presencial (quando solicitado), faz evoluções de modo a melhorar sua usabilidade e hospeda a solução em servidor de sua propriedade na nuvem, garantindo segurança nos dados, sem nada que a desabone.

Regeneração/PI, 12 de Maio de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
CICERO OLIVEIRA DOS SANTOS FILHO
Data: 16/05/2025 12:57:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Cicero Oliveira dos Santos Filho
Secretário Municipal
De Educação

INEXIGIBILIDADE Nº 013/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2025

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA E A EMPRESA INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA, CNPJ: 51.364.515/0001-01, NOS TERMOS DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES Nº 013/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 06.070.489/0001-54, com sede na Av. Alberto Leal Nunes, 326, Centro, Regeneração/PI, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, Sr. Cícero Oliveira dos Santos Filho, CPF nº 925.186.723-20, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa **INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA,** CNPJ: 51.364.515/0001-01, sediada na Quadra A-4, nº 23, Pavimento Primeiro, Hélio Jatobá II, São Miguel dos Campos - AL, CEP: 57.246-430, neste ato representada pelo Sr. Linex Geaninne da Silva Santos, brasileiro , casado(a), Comunhão Parcial, empresário, nascido(a) em 31/12/1991, nº do CPF 095.600.704-01, residente e domiciliado na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na residencial Jardim, nº 01, quadra 01;, Hélio Jatobá, CEP: 57246-785, doravante denominada apenas CONTRATADA, resolvem de comum acordo firmar o presente contrato, de acordo com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, considerando o Processo Administrativo CPL nº 033/2025, na modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 013/2025, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa para fornecimento de laboratório de informática móvel.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

Pelo objeto contratado, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R$ 1.013.000,00 (um milhão e treze mil reais).

Parágrafo único. O pagamento será realizado pelo órgão ordenador de despesas do CONTRATANTE até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço. O pagamento será formalizado conforme proposta de preços apresentada pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Todas as despesas decorrentes dos serviços prestados correrão por conta de recursos existentes no: **FPM, FUNDEB, QSE, CONTRA PARTIDA EDUCAÇÃO, ICMS, ISS e Conta movimento e outros**.

Sem prejuízo do disposto acima, compromete-se o CONTRATANTE de enviar à CONTRATADA, após a assinatura desta avença, a cópia da Nota de Empenho vinculada ao serviço definido no objeto deste contrato, atestada e expedida pelo ordenador de despesas competentes do CONTRATANTE, para fins de conferência da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA: RESPONSABILIDADES

RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE fica obrigado a:

a) Prestar à CONTRATADA todas as informações e documentações julgadas necessárias quando solicitadas.
b) Efetuar os pagamentos devidos ao CONTRATADO, na forma estabelecida na cláusula segunda deste instrumento.

RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

Por sua vez, o CONTRATADO obriga-se expressamente a:

a) Iniciar a prestação dos serviços imediatamente após a assinatura deste contrato;
b) Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços contratados e pelo cumprimento do prazo supracitado;
c) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes ao fornecimento prestado por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a contratante;
d) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLAUSULA SEXTA – NEGATIVA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

A presente contratação não guarda qualquer relação com vinculação empregatícia, significando tão somente prestação de serviços, não gerando responsabilidade trabalhista à CONTRATANTE, sendo ainda a presente contratação de meio, isto é, assunção por parte do CONTRATADO de obrigação em zelar pelo cumprimento do pactuado, mas não obriga a garantir resultado eventualmente esperado pelo CONTRATANTE.

CLAUSULA SÉTIMA – DA INEXIGIBILIDADE:

O presente Contrato foi objeto de inexigibilidade de licitação, conforme o art. 74, I, da Lei nº 14.133/21.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme art. 107, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES:

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações previstas neste instrumento, na Lei 14.133/21 e noutras disposições legais, realizar, por escrito, através de Termo

Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes. Sendo reservado à esta Prefeitura, na busca pelo interesse administrativo, alterar unilateralmente a presente pacto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PREÇO E DO REAJUSTE

Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com a CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO deste contrato. Vencidos os prazos estipulados para o pagamento do valor mencionado no referido item, estes serão devidamente atualizados pelo IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado.

Nas alterações unilaterais de se refere o inciso I, caput art. 124, da Lei 14.133/21 a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, conforme Art. 125, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

As partes elegem de pleno e comum acordo, o foro da cidade de Regeneração/PI, para dirimir dúvidas ou resolver questões oriundas do presente contrato, desde que não seja possível resolvê-las prévia e amigavelmente.

E, para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (duas) vias, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Regeneração/PI, 14 de fevereiro de 2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA (CNPJ nº 06.070.489/0001-54)
Cícero Oliveira dos Santos Filho
Secretário Municipal de Educação e Cultura
CONTRATANTE

gov.br Documento assinado digitalmente
LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS
Data: 06/03/2025 18:40:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA (CNPJ nº 51.364.515/0001-01)
Sr. Linex Geaninne da Silva Santos
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1º. _____

2º. _____

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA inscrita no CNPJ nº. 51.364.515/0001-01, sediada na Quadra I número 08 no bairro Hélio Jatobá 1 em São Miguel dos Campos/AL, forneceu em Novembro de 2024 03 (três) Laboratórios Educacional Móvel composto por Carrinho de Recarga com até 40 posições, 40 Chromebooks Samsung cada carrinho, totalizando 120 Chromebooks e sistema de gerenciamento dos equipamentos.

A empresa fornece ainda software de gestão educacional InnovPlay que é composto por módulo de vídeo-aulas, jogos educativos, atividades e avaliações diagnósticas voltadas a recomposição do ensino em conformidade com as avaliações SAEB com consultoria, aplicação presencial de avaliações e simulados mensalmente através dos chromebooks com resultado instantâneo.

Declaramos ainda que a empresa presta assistência técnica online e presencial (quando solicitado), faz evoluções de modo a melhorar sua usabilidade e hospeda a solução em servidor de sua propriedade na nuvem, garantindo segurança nos dados, sem nada que a desabone.

São Miguel dos Campos/AL, 12 de Maio de 2025.

Isabele Silva Nogueira
Assessor Técnico de Planejamento
Matricula: 61265
Telefone: (82) 991222450

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE INHAPI
Av. Senador Rui Palmeira, 763 - Centro. Inhapi – Alagoas - CEP: 57.545-000
CNPJ: 12.226.197/0001-60 – Telefones: (82) 3645-1450 / 3645-1668 / 3645-1512

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA inscrita no CNPJ nº. 51.364.515/0001-01, sediada na Quadra I número 08 no bairro Hélio Jatobá 1 em São Miguel dos Campos/AL, forneceu em Dezembro de 2024 06 (seis) Laboratórios Educacional Móvel composto por Carrinho de Recarga com até 40 posições, 30 Chromebooks Samsung cada carrinho, totalizando 180 Chromebooks e sistema de gerenciamento dos equipamentos.

A empresa fornece ainda licença de software pedagógico para alunos do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino contendo jogos, vídeo aulas, simulados e avaliações diagnosticas conforme contrato nº 80/2024.

Declaramos ainda que a empresa presta assistência técnica online e presencial (quando solicitado), faz evoluções de modo a melhorar sua usabilidade e hospeda a solução em servidor de sua propriedade na nuvem, garantindo segurança nos dados, sem nada que a desabone.

Inhapi/AL, 13 de maio de 2025.

CARLEANE CHAGAS SANTOS
Secretária de Educação
Portaria 07/2025
Inhapi/AL

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA, BRASILEIRO , SOLTEIRO, EMPRESARIO, nascido(a) em 27/04/1986, n° do CPF 054.534.934-61, residente e domiciliado na cidade de Maceió - AL, na AVENIDA Doutor Sebastião Correia da Rocha, nº 1113, BLOCO 03 AP 303;, Tabuleiro do Martins, CEP: 57061-410;

EDMILDO DUARTE DA SILVA, BRASILEIRO , SOLTEIRO, EMPRESARIO, nascido(a) em 08/12/1987, n° do CPF 074.267.354-51, residente e domiciliado na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na QUADRA M, nº 3, Fátima, CEP: 57245-010;

GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA, BRASILEIRA , SOLTEIRA, EMPRESARIA, nascido(a) em 06/08/1997, n° do CPF 077.991.994-74, residente e domiciliada na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na QUADRA G-1, nº 13, Hélio Jatobá I, CEP: 57246-215;

LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS, BRASILEIRO , CASADO(A), Comunhão Parcial, EMPRESARIO, nascido(a) em 31/12/1991, n° do CPF 095.600.704-01, residente e domiciliado na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na RESIDENCIAL Jardim, nº 01, QUADRA 01;, Hélio Jatobá, CEP: 57246-785;

ELVIO JEAN LIMA ANDRADE, BRASILEIRO , SOLTEIRO, EMPRESARIO, nascido(a) em 22/06/1977, n° do CPF 008.497.364-12, residente e domiciliado na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na AVENIDA Deputado Diney Torres, nº 229, QUADRA B;, Geraldo Sampaio, CEP: 57240-300;

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade limitada, nos termos da Lei n° 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade adotará como nome empresarial: **INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA**, e usará a expressão INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)
A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: QUADRA A-4, nº 23, PAVMTO PRIMEIRO;, Hélio Jatobá II, São Miguel dos Campos - AL, CEP: 57246430.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica:DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS, COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET, ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO, TREINAMENTO EM INFORMÁTICA, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS, COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET, ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO, TREINAMENTO EM INFORMÁTICA, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS.

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 6202-3/00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
CNAE Nº 4752-1/00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
CNAE Nº 6203-1/00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

CNAE Nº 6209-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
CNAE Nº 6311-9/00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
CNAE Nº 7733-1/00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório
CNAE Nº 8541-4/00 - Educação profissional de nível técnico
CNAE Nº 8599-6/03 - Treinamento em informática
CNAE Nº 9511-8/00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
CNAE Nº 4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
CNAE Nº 6201-5/01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto n° 1.800/96)
A sociedade iniciará suas atividades em 10/07/2023 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)
O capital será de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200 quotas, no valor nominal de R$ 1.000,00 (um mil reais) cada uma, formado por R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em moeda corrente no Pais

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

Nome dos Sócios	Qtd Quotas	Valor Em R$	%
LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA	20	20.000,00	10,00
EDMILDO DUARTE DA SILVA	50	50.000,00	25,00
GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA	10	10.000,00	5,00
LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS	70	70.000,00	35,00
ELVIO JEAN LIMA ANDRADE	50	50.000,00	25,00
TOTAL:	200	200.000,00	100,00

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)
A administração da sociedade será exercida pelo sócio **LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)
Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1° CC e art. 37, II da Lei n° 8.934 de 1994)
O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE
Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para os sócios administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS
A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

CLAUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SOCIO
Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS
As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE
A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel dos Campos - AL, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Alagoas.

São Miguel dos Campos - AL, 10 de julho de 2023

LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA
Sócio

EDMILDO DUARTE DA SILVA
Sócio

GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA
Sócio

LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS
Sócio/Administrador

ELVIO JEAN LIMA ANDRADE
Sócio

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00849736412	ELVIO JEAN LIMA ANDRADE
05453493461	LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA
07426735451	EDMILDO DUARTE DA SILVA
07799199474	GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA
09560070401	LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS

JUCEAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/07/2023 16:51 SOB Nº 27201401269.
PROTOCOLO: 230413579 DE 10/07/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12310199721. CNPJ DA SEDE: 51364515000101.
NIRE: 27201401269. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 10/07/2023.
INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

EDVALDO MAIORANO DE LIMA
SECRETÁRIO-GERAL
facilita.al.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social:

LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA , brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 27/04/1986, n° do CPF 054.534.934-61, residente e domiciliado na cidade de Maceió - AL, na Avenida Doutor Sebastião Correia da Rocha, nº 1113, bloco 03 AP 303;, Tabuleiro do Martins, CEP: 57061-410;

EDMILDO DUARTE DA SILVA , brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 08/12/1987, n° do CPF 074.267.354-51, residente e domiciliado na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na Quadra M, nº 3, Fátima, CEP: 57245-010;

GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA , brasileiro , solteira, empresária, nascida em 06/08/1997, n° do CPF 077.991.994-74, residente e domiciliada na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na Quadra G-1, nº 13, Hélio Jatobá I, CEP: 57246-215;

LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial, empresário, nascido(a) em 31/12/1991, n° do CPF 095.600.704-01, residente e domiciliado na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na residencial Jardim, nº 01, Quadra 01, Hélio Jatobá, CEP: 57246-785;

ELVIO JEAN LIMA ANDRADE, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 22/06/1977, n° do CPF 008.497.364-12, residente e domiciliado na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na Avenida Deputado Diney Torres, nº 229, QUADRA B, Geraldo Sampaio, CEP: 57240-300;

Únicos sócios da sociedade limitada **INNOV SOLUÇÕS EDUCATIVAS LTDA**, com sede na Quadra A-4, 23, Pavimento Primeiro, Hélio Jatobá II, na cidade de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas, CEP: 57246-430,com registro na JUCEAL sob o n° 27201401269, inscrito no CNPJ sob o n°: 51.364.515/0001-01, resolvem alterar seu contrato social mediante as seguintes clausulas:

CLAUSULA PRIMEIRA - O sócio **EDMILDO DUARTE DA SILVA** retira-se da sociedade, cede e transfere suas 50 (cinquenta) quotas de capital social da sociedade para o sócio **LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS**, declara ainda haver recebido, neste ato e em moeda corrente, a quantia de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e declara, outrossim, sanados todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, nem do cessionário, nem da sociedade, dando-lhes plena, geral e irrevogável quitação. Fica eximido de toda e qualquer responsabilidade por quaisquer fatos ou atos praticados pela sociedade durante o período em que figurou como sócio da referida pessoa jurídica. Fica também eximido de toda e qualquer responsabilidade perante a sociedade da qual se retira, perante os sócios antigos ou atuais e perante terceiros por quaisquer fatos ou atos que tenha praticado no período em que integrou a sociedade.

CLAUSULA SEGUNDA - O capital social permanece inalterado em seu valor, tanto na quantidade das quotas, quanto no valor de cada quota em que se divide, sendo que por força de cessão e transferência das quotas, passa a ser distribuído da seguinte forma:

SOCIO	QUOTAS	VALOR
LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA	20	20.000,00
GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA	10	10.000,00
LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS	120	120.000,00
ELVIO JEAN LIMA ANDRADE	50	50.000,00
TOTAL	**200**	**200.000,00**

CLAUSULA TERCEIRA As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).

CLAUSULA QUARTA - As Cláusulas e Condições estabelecidas anteriormente e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em via única.

São Miguel dos Campos – AL, 13 de Setembro de 2023.

LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA

EDMILDO DUARTE DA SILVA

GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA

LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS

ELVIO JEAN LIMA ANDRADE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00849736412	ELVIO JEAN LIMA ANDRADE
05453493461	LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA
07426735451	EDMILDO DUARTE DA SILVA
07799199474	GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA
09560070401	LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS

JUCEAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS

CERTIFICO O REGISTRO EM 03/10/2023 09:04 SOB Nº 20230568637.
PROTOCOLO: 230568637 DE 25/09/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12314444615. CNPJ DA SEDE: 51364515000101.
NIRE: 27201401269. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 13/09/2023.
INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

EDVALDO MAIORANO DE LIMA
SECRETÁRIO-GERAL
www.facilita.al.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

2ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social:

LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA , brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 27/04/1986, n° do CPF 054.534.934-61, residente e domiciliado na cidade de Maceió - AL, na Avenida Doutor Sebastião Correia da Rocha, nº 1113, bloco 03 AP 303;, Tabuleiro do Martins, CEP: 57061-410;

GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA , brasileiro , solteira, empresária, nascida em 06/08/1997, n° do CPF 077.991.994-74, residente e domiciliada na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na Quadra L-1, 13, QuadraG 1, Hélio Jatobá, CEP: 57246-215;

LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial, empresário, nascido(a) em 31/12/1991, n° do CPF 095.600.704-01, residente e domiciliado na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na residencial Jardim, nº 01, Quadra 01, Hélio Jatobá, CEP: 57246-785;

ELVIO JEAN LIMA ANDRADE, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 22/06/1977, n° do CPF 008.497.364-12, residente e domiciliado na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na Avenida Deputado Diney Torres, nº 229, QUADRA B, Geraldo Sampaio, CEP: 57240-300;

Únicos sócios da sociedade limitada **INNOV SOLUÇÕS EDUCATIVAS LTDA**, com sede na Quadra A-4, 23, Pavimento Primeiro, Hélio Jatobá II, na cidade de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas, CEP: 57246-430,com registro na JUCEAL sob o n° 27201401269, inscrito no CNPJ sob o n°: 51.364.515/0001-01, resolvem alterar seu contrato social mediante as seguintes clausulas:

CLAUSULA PRIMEIRA - O sócio **LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS**, cede e transfere 20 (vinte) quotas de capital social da sociedade para o novo sócio **RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA**, portador C.P.F.: 083.521.474-55, RG: 33690391 SSP/AL, nascido aos 28/07/1991, residente e domiciliada na Avenida Professor Sandoval Arroxelas, 105, Ponta Verde, Maceió – Al, CEP: 57035-230, declara ainda haver recebido, neste ato e em moeda corrente, a quantia de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

CLAUSULA SEGUNDA - O sócio **LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS**, cede e transfere 20 (vinte) quotas de capital social da sociedade para o novo sócio **JOSÉ HUMBERTO SILVA FILHO**, portador C.P.F.: 075.843.094-96, RG: 30316820 SSP/AL, nascido aos 19/03/1989, residente e domiciliado na Avenida Eraldo Lins Cavalcante, 202, Barro Duro, Maceió – Al, CEP: 57045-430, declara ainda haver recebido, neste ato e em moeda corrente, a quantia de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

CLAUSULA TERCEIRA - O sócio **LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS**, cede e transfere 10 (dez) quotas de capital social da sociedade para o novo sócio **LUCAS DANIEL DOS SANTOS**, portador C.P.F.: 142.459.134-10, RG: 39370640 SSP/AL, residente e domiciliada na Loteamento Washington Rocha e Silva, 29, Quadra D, povoado Coité, São Miguel dos Campos – Al, CEP: 57249-899, declara ainda haver recebido, neste ato e em moeda corrente, a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

CLAUSULA QUARTA - O sócio **LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS**, cede e transfere 10 (dez) quotas de capital social da sociedade para o sócio **LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA,** no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

CLAUSULA QUINTA - O sócio **LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS**, cede e transfere 10 (dez) quotas de capital social da sociedade para o sócio **ELVIO JEAN LIMA ANDRADE,** no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

CLAUSULA SEXTA- O capital social permanece inalterado em seu valor, tanto na quantidade das quotas, quanto no valor de cada quota em que se divide, sendo que por força de cessão e transferência das quotas, passa a ser distribuído da seguinte forma:

SOCIO	QUOTAS	VALOR
LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA	30	30.000,00
GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA	10	10.000,00
LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS	50	50.000,00
ELVIO JEAN LIMA ANDRADE	60	60.000,00
RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA	20	20.000,00
JOSÉ HUMBERTO SILVA FILHO	20	20.000,00
LUCAS DANIEL DOS SANTOS	10	10.000,00
TOTAL	**200**	**200.000,00**

CLAUSULA SETIMA As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).

CLÁUSULA OITAVA - DA ADMINISTRAÇÃO A administração da sociedade será exercida pelo sócio **ELVIO JEAN LIMA ANDRADE** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

CLÁUSULA NONA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA DÉCIMA - As Cláusulas e Condições estabelecidas anteriormente e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em via única.

São Miguel dos Campos – AL, 29 de dezembro de 2023.

LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA

GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA

LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS

ELVIO JEAN LIMA ANDRADE

RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA

JOSÉ HUMBERTO SILVA FILHO

LUCAS DANIEL DOS SANTOS

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00849736412	ELVIO JEAN LIMA ANDRADE
05453493461	LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA
07584309496	JOSE HUMBERTO SILVA FILHO
07799199474	GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA
08352147455	RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA
09560070401	LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS
14245913410	LUCAS DANIEL DOS SANTOS

JUCEAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS

CERTIFICO O REGISTRO EM 31/01/2024 10:36 SOB Nº 20230779670.
PROTOCOLO: 230779670 DE 22/01/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12401399942. CNPJ DA SEDE: 51364515000101.
NIRE: 27201401269. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 29/12/2023.
INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

EDVALDO MAIORANO DE LIMA
SECRETÁRIO-GERAL
www.facilita.al.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

3ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social:

LUCAS DANIEL DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, empresário, nascido aos 04/03/2002, portador C.P.F.: 142.459.134-10, RG: 39370640 SSP/AL, residente e domiciliada na Loteamento Washington Rocha e Silva, 29, Quadra D, povoado Coité, São Miguel dos Campos – Al, CEP: 57249-899;

GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA , brasileiro , solteira, empresária, nascida em 06/08/1997, n° do CPF 077.991.994-74, residente e domiciliada na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na Quadra L-1, 13, QuadraG 1, Hélio Jatobá, CEP: 57246-215;

JOSÉ HUMBERTO SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, portador C.P.F.: 075.843.094-96, RG: 30316820 SSP/AL, nascido aos 19/03/1989, residente e domiciliado na Avenida Eraldo Lins Cavalcante, 202, Barro Duro, Maceió – Al, CEP: 57045-430;

LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial, empresário, nascido(a) em 31/12/1991, n° do CPF 095.600.704-01, residente e domiciliado na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na residencial Jardim, nº 01, Quadra 01, Hélio Jatobá, CEP: 57246-785;

RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA, brasileiro, solteiro, 'portador C.P.F.: 083.521.474-55, RG: 33690391 SSP/AL, nascido aos 28/07/1991, residente e domiciliada na Avenida Professor Sandoval Arroxelas, 105, Ponta Verde, Maceió – Al, CEP: 57035-230;

ELVIO JEAN LIMA ANDRADE, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 22/06/1977, n° do CPF 008.497.364-12, residente e domiciliado na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na Avenida Deputado Diney Torres, nº 229, QUADRA B, Geraldo Sampaio, CEP: 57240-300;

LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA , brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 27/04/1986, n° do CPF 054.534.934-61, residente e domiciliado na cidade de Maceió - AL, na Avenida Doutor Sebastião Correia da Rocha, nº 1113, bloco 03 AP 303;, Tabuleiro do Martins, CEP: 57061-410;

Únicos sócios da sociedade limitada **INNOV SOLUÇÕS EDUCATIVAS LTDA**, com sede na Quadra A-4, 23, Pavimento Primeiro, Hélio Jatobá II, na cidade de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas, CEP: 57246-430,com registro na JUCEAL sob o n° 27201401269, inscrito no CNPJ sob o n°: 51.364.515/0001-01, resolvem alterar seu contrato social mediante as seguintes clausulas:

CLAUSULA PRIMEIRA - A sócia **GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA**, não desejando mais permanecer na sociedade, cede e transfere suas 10 (dez) quotas de capital social da sociedade no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para o sócio **LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS**, declara ainda haver recebido, neste ato e em moeda corrente, a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

CLAUSULA SEGUNDA - O capital social permanece inalterado em seu valor, tanto na quantidade das quotas, quanto no valor de cada quota em que se divide, sendo que por força de cessão e transferência das quotas, passa a ser distribuído da seguinte forma:

SOCIO	QUOTAS	VALOR
LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA	30	30.000,00
LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS	60	60.000,00
ELVIO JEAN LIMA ANDRADE	60	60.000,00
RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA	20	20.000,00
JOSÉ HUMBERTO SILVA FILHO	20	20.000,00
LUCAS DANIEL DOS SANTOS	10	10.000,00
TOTAL	**200**	**200.000,00**

CLAUSULA TERCEIRA As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).

CLÁUSULA QUARTA - As Cláusulas e Condições estabelecidas anteriormente e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em via única.

São Miguel dos Campos – AL, 25 de julho de 2024.

LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA

GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA

LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS

ELVIO JEAN LIMA ANDRADE

RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA

JOSÉ HUMBERTO SILVA FILHO

LUCAS DANIEL DOS SANTOS

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00849736412	ELVIO JEAN LIMA ANDRADE
05453493461	LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA
07584309496	JOSE HUMBERTO SILVA FILHO
07799199474	GISLAINNY JAMILAKNE DA SILVA
08352147455	RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA
09560070401	LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS
14245913410	LUCAS DANIEL DOS SANTOS

JUCEAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/10/2024 10:43 SOB Nº 20240468406.
PROTOCOLO: 240468406 DE 05/08/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12413988999. CNPJ DA SEDE: 51364515000101.
NIRE: 27201401269. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 25/07/2024.
INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

EDVALDO MAIORANO DE LIMA
SECRETÁRIO-GERAL
www.facilita.al.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

4ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social:

LUCAS DANIEL DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, empresário, nascido aos 04/03/2002, portador C.P.F.: 142.459.134-10, RG: 39370640 SSP/AL, residente e domiciliada na Loteamento Washington Rocha e Silva, 29, Quadra D, povoado Coité, São Miguel dos Campos – Al, CEP: 57249-899;

JOSÉ HUMBERTO SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, empresário, portador C.P.F.: 075.843.094-96, RG: 30316820 SSP/AL, nascido aos 19/03/1989, residente e domiciliado na Avenida Eraldo Lins Cavalcante, 202, Barro Duro, Maceió – Al, CEP: 57045-430;

LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial, empresário, nascido(a) em 31/12/1991, n° do CPF 095.600.704-01, residente e domiciliado na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na residencial Jardim, nº 01, Quadra 01, Hélio Jatobá, CEP: 57246-785;

RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA, brasileiro, solteiro, empresário, portador C.P.F.: 083.521.474-55, RG: 33690391 SSP/AL, nascido aos 28/07/1991, residente e domiciliada na Avenida Professor Sandoval Arroxelas, 105, Ponta Verde, Maceió – Al, CEP: 57035-230;

ELVIO JEAN LIMA ANDRADE, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 22/06/1977, n° do CPF 008.497.364-12, residente e domiciliado na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na Avenida Deputado Diney Torres, nº 229, QUADRA B, Geraldo Sampaio, CEP: 57240-300;

LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA , brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 27/04/1986, n° do CPF 054.534.934-61, residente e domiciliado na cidade de Maceió - AL, na Avenida Doutor Sebastião Correia da Rocha, nº 11113, bloco 03 Apt 303;, Tabuleiro do Martins, CEP: 57061-410;

Únicos sócios da sociedade limitada **INNOV SOLUÇÕS EDUCATIVAS LTDA**, com sede na Quadra A-4, 23, Pavimento Primeiro, Hélio Jatobá II, na cidade de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas, CEP: 57246-430,com registro na JUCEAL sob o n° 27201401269, inscrito no CNPJ sob o n°: 51.364.515/0001-01 , resolvem alterar seu contrato social mediante as seguintes clausulas:

CLAUSULA PRIMEIRA - O sócio **LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA,** não desejando mais permanecer na sociedade, cede e transfere suas 30 (trinta) quotas de capital social da sociedade no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para os sócios: 15 (quinze) quotas de capital no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o sócio **LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS**, 15 (quinze) quotas de capital no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o sócio **ELVIO JEAN LIMA ANDRADE** declara ainda haver recebido, neste ato e em moeda corrente, a quantia de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

CLAUSULA SEGUNDA – O sócio **JOSÉ HUMBERTO SILVA FILHO ,** não desejando mais permanecer na sociedade, cede e transfere suas 20 (vinte) quotas de capital social da sociedade no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o sócio **RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA**, declara ainda haver recebido, neste ato e em moeda corrente, a quantia de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

CLAUSULA SEGUNDA - O capital social permanece inalterado em seu valor, tanto na quantidade das quotas, quanto no valor de cada quota em que se divide, sendo que por força de cessão e transferência das quotas, passa a ser distribuído da seguinte forma:

SOCIO	QUOTAS	VALOR
LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS	75	75.000,00
ELVIO JEAN LIMA ANDRADE	75	75.000,00
RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA	40	40.000,00
LUCAS DANIEL DOS SANTOS	10	10.000,00
TOTAL	**200**	**200.000,00**

CLAUSULA QUARTA As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO A administração da sociedade será exercida pelo sócio **LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

CLÁUSULA SEXTA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno,
concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

As Cláusulas e Condições estabelecidas anteriormente e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em via única.

São Miguel dos Campos – AL, 14 de janeiro de 2025.

LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA

LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS

ELVIO JEAN LIMA ANDRADE

RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA

JOSÉ HUMBERTO SILVA FILHO

LUCAS DANIEL DOS SANTOS

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00849736412	ELVIO JEAN LIMA ANDRADE
05453493461	LEONARDO BRUNO SANTOS DA SILVA
07584309496	JOSE HUMBERTO SILVA FILHO
08352147455	RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA
09560070401	LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS
14245913410	LUCAS DANIEL DOS SANTOS

JUCEAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS

CERTIFICO O REGISTRO EM 20/01/2025 10:30 SOB Nº 20250021340.
PROTOCOLO: 250021340 DE 17/01/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12500853020. CNPJ DA SEDE: 51364515000101.
NIRE: 27201401269. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 14/01/2025.
INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

EDVALDO MAIORANO DE LIMA
SECRETÁRIO-GERAL
www.facilita.al.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

5ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social:

LUCAS DANIEL DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, empresário, nascido aos 04/03/2002, portador C.P.F.: 142.459.134-10, RG: 39370640 SSP/AL, residente e domiciliada na Loteamento Washington Rocha e Silva, 29, Quadra D, povoado Coité, São Miguel dos Campos – Al, CEP: 57249-899;

LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial, empresário, nascido(a) em 31/12/1991, n° do CPF 095.600.704-01, residente e domiciliado na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na residencial Jardim, nº 01, Quadra 01, Hélio Jatobá, CEP: 57246-785;

RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA, brasileiro, solteiro, empresário, portador C.P.F.: 083.521.474-55, RG: 33690391 SSP/AL, nascido aos 28/07/1991, residente e domiciliada na Avenida Professor Sandoval Arroxelas, 105, Ponta Verde, Maceió – Al, CEP: 57035-230;

ELVIO JEAN LIMA ANDRADE, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 22/06/1977, n° do CPF 008.497.364-12, residente e domiciliado na cidade de São Miguel dos Campos - AL, na Avenida Deputado Diney Torres, nº 229, QUADRA B, Geraldo Sampaio, CEP: 57240-300;

Únicos sócios da sociedade limitada **INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA**, com sede na Quadra A-4, 23, Pavimento Primeiro, Hélio Jatobá II, na cidade de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas, CEP: 57246-430,com registro na JUCEAL sob o n° 27201401269, inscrito no CNPJ sob o n°: 51.364.515/0001-01 , resolvem alterar seu contrato social mediante as seguintes clausulas:

CLAUSULA PRIMEIRA - O sócio **ELVIO JEAN LIMA ANDRADE,** não desejando mais permanecer na sociedade, cede e transfere suas 75 (setenta e cinco) quotas de capital social da sociedade no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para o novo sócio ora admitido: **DAVID CAVALCANTE FERREIRA** , brasileiro, solteiro, portador do RG: 09561491460 SSP/AL, CPF: 095.614.914-60, residente e domiciliado no Loteamento Residencial Comendador Antonio Coutinho, 20, Quadra 40, Zona Urbana, na cidade de São Miguel dos Campos – AL, CEP: 57249-899, declara ainda haver recebido, neste ato e em moeda corrente, a quantia de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

CLAUSULA SEGUNDA - O capital social permanece inalterado em seu valor, tanto na quantidade das quotas, quanto no valor de cada quota em que se divide, sendo que por força de cessão e transferência das quotas, passa a ser distribuído da seguinte forma:

SOCIO	QUOTAS	VALOR
LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS	75	75.000,00
DAVID CALVALCANTE FERREIRA	75	75.000,00
RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA	40	40.000,00
LUCAS DANIEL DOS SANTOS	10	10.000,00
TOTAL	**200**	**200.000,00**

CLAUSULA TERCEIRA As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).

CLÁUSULA QUARTA A sociedade passa a exercer as seguintes atividades:

6202-3/00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
4752-1/00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
6203-1/00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis

6209-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
6311-9/00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
7733-1/00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório
8541-4/00 - Educação profissional de nível técnico
8599-6/03 - Treinamento em informática
9511-8/00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
6201-5/01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda

CLÁUSULA QUINTA - A sede da empresa passa a ser na Quadra I, 08, Hélio Jatobá, na cidade de São Miguel dos Campos – AL, CEP: 57246-085.

As Cláusulas e Condições estabelecidas anteriormente e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em via única.

São Miguel dos Campos – AL, 26 de fevereiro de 2025.

LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS

ELVIO JEAN LIMA ANDRADE

LUCAS DANIEL DOS SANTOS

DAVID CAVALCANTE FERREIRA

RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00849736412	ELVIO JEAN LIMA ANDRADE
08352147455	RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA
09560070401	LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS
09561491460	DAVID CAVALCANTE FERREIRA
14245913410	LUCAS DANIEL DOS SANTOS

JUCEAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/03/2025 12:41 SOB Nº 20250107538.
PROTOCOLO: 250107538 DE 12/03/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12504599268. CNPJ DA SEDE: 51364515000101.
NIRE: 27201401269. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 26/02/2025.
INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

EDVALDO MAIORANO DE LIMA
SECRETÁRIO-GERAL
www.facilita.al.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2759790560

2 e 1 NOME E SOBRENOME
LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS

1ª HABILITAÇÃO
05/07/2011

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
31/12/1991, CAMPO ALEGRE, AL

4a DATA EMISSÃO
31/01/2024

4b VALIDADE
08/02/2026

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
34144307 SSP AL

4d CPF
095.600.704-01

5 Nº REGISTRO
05245411697

9 CAT HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
DURVAL CORREIA DOS SANTOS FILHO

MARIA SUELI DA SILVA SANTOS

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		08/02/2026	
A1			
B		08/02/2026	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
85438666420
AL03137246S

LOCAL
MACEIO, AL

ALAGOAS

2759790560

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primera Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade – Órgão emissor / Identity Document – Issuing Authority / Documento de Identificación – Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filación – 12. Observações / Observations / Observaciones – Local / Place / Lugar

I<BRA052454116<974<<<<<<<<<<<<
9112311M2602084BRA<<<<<<<<<<<2
LINEX<<GEANINN<DA<SILVA<SANTOS

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

PÁGINA NUMERO: 0084

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
51.364.515/0001-01 MATRIZ		10/07/2023

NOME EMPRESARIAL
INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico
85.99-6-03 - Treinamento em informática
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
Q I	8	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
57.246-085	HELIO JATOBA	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	AL

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
DYNAMICCONTABILIDADE2023@OUTLOOK.COM.BR	(82) 9154-9663

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	10/07/2023

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **15/05/2025** às **15:44:16** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Governo do Estado de Alagoas
Secretaria de Fazenda do Estado de Alagoas

Contribuinte

CNPJ: 51.364.515/0001-01 **Inscrição Estadual:** 24107486-0 **Início da Atividade:** 10/07/2023

Razão Social: INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

Nome de Fantasia: INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS

Logradouro: Q I **Número:** 8

Complemento: **Bairro:** HELIO JATOBA

CEP: 57246085 **Município:** SAO MIGUEL DOS CAMPOS **UF:** AL

Telefone: (82) 999542277

Atividade(s) Econômica(s):

CNAE	Descrição
4752100	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e
4930202	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças,
6202300	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador
6203100	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-
6209100	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da
6311900	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de
7733100	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório
8541400	Educação profissional de nível técnico
8599603	Treinamento em informática
9511800	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
4751201	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de
6201501	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda

Regime(s) Especial(ais):

Não possui regime especial cadastrado.

Observações:

Situação Cadastral: ATIVO
Optante pelo Simples Nacional
Início da obrigatoriedade ao SPED-EFD: 07/2023

Situação cadastral atual: Habilitado **Endereço Eletrônico:** dynamiccontabilidade2023@ou

Imprimir

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANçAS

Data impressão 15/05/2025 04:02:35

Inscrição Municipal
212053

CPF/CNPJ
51.364.515/0001-01

Tipo
Prestador

Data de Abertura
10/07/2023

Nome/Nome Empresarial
INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

Título do Estabelecimento
INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS

Código e Descrição da Atividade Econômica Principal
6202300 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS

Código e Descrição das Atividades Econômicas Secundárias
4751201 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTO E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

4752100 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO

6201500 - DESENVOLVIMENTO E ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA

6203100 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS

6209100 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

6311900 - TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET

7733100 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS

8541400 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO

8599603 - TREINAMENTO EM INFORMÁTICA

9511800 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS

6201501 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA

Endereço
QUADRA A 4 número:23 Não Informado, HÉLIO JATOBÁ II, SAO MIGUEL DOS CAMPOS/AL

Email
dynamiccontabilidade2023@outlook.com.br

Telefone Comercial
(82) 99954-2277

Telefone Celular
Não Informado

Estado

Liberado

Regime de Tributação

Simples Nacional

Código e Descrição dos Serviços para Emissão de Nota Fiscal

1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.

1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

1.02 - Programação

1.03 - Processamento de dados e congêneres

10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring). (exceto Inst. Financ. Autor. Bco. Central).

8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração,revisão, carga e descarga, conserto, restauração , blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 - Assistência técnica.

Governo do Estado de Alagoas
e
Junta Comercial do Estado de Alagoas

FACILITA ALAGOAS

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

NIRE : 27201401269
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

Protocolo: ALC2500108066

NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Ato Constitutivo	Início de Atividade
27201401269	51.364.515/0001-01	10/07/2023	10/07/2023

Endereço Completo
Quadra I, Nº 8, HELIO JATOBA - São Miguel dos Campos/AL - CEP 57246-085

Objeto Social
DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO, DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS, SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO, EDUCACAO PROFISSIONAL DE NIVEL TECNICO, TREINAMENTO EM INFORMATICA, REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS, TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL

Capital Social	Porte	Prazo de Duração
R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) **Capital Integralizado** R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)	ME (Microempresa)	Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS	095.600.704-01	R$ 75.000,00	Sócio	S	Indeterminado
RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA	083.521.474-55	R$ 40.000,00	Sócio	N	Indeterminado
LUCAS DANIEL DOS SANTOS	142.459.134-10	R$ 10.000,00	Sócio	N	Indeterminado
DAVID CAVALCANTE FERREIRA	095.614.914-60	R$ 75.000,00	Sócio	N	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS	095.600.704-01	Indeterminado

Último Arquivamento

Data	Número	Ato/eventos	Situação / Status
14/05/2025	20250277476	223 / 223 - BALANCO	ATIVA / SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 15/05/2025, às 17:48:03 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.facilita.al.gov.br**, com o código **XKLSHKLE**.

Edvaldo Maiorano de Lima
Secretário-Geral

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 1

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 11, e servirá para a escrituração do lançamentos próprios da empresa INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA, município São Miguel dos Campos CNPJ nº 51.364.515/0001-01, Número de Registro (NIRE) 27201401269.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
Declaro(amos), sob as penas da Lei, que o livro apresentado para autenticação preenche todas as formalidade legais exigíveis, bem como que estou(amos) devidamente habilitado(s) para assinatura dos termos de abertura de encerramento do livro.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 10/07/2023
Ato constitutivo: 27201401269

São Miguel dos Campos, 10/07/2023

ELVIO JEAN LIMA ANDRADE
Administrador, Sócio
CPF 008.497.364-12

EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/AL 008340

INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA

FOLHA 001

QUADRA A 4, N°23, PAVIMENTO PRIMEIRO, HÉLIO JATOBÁ, SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL, CEP: 57246-430
C.N.P.J.: 51.364.515/0001-01
NIRE: 27201401269

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2023	
ATIVO	
CIRCULANTE	**149.800,00**
Disponibilidade	**149.800,00**
Caixa	0,00
Bancos c/ Movimento	149.800,00
PERMANENTE	**50.200,00**
Imobilizado	**50.200,00**
Móveis e utensílios	18.200,00
Máquinas e Equipamentos	32.000,00
TOTAL	**200.000,00**
PASSIVO	
PASSIVO CIRCULANTE	**0,00**
Fornecedores	0,00
PATRIMONIO SOCIAL	**200.000,00**
Capital Social	200.000,00
TOTAL	**200.000,00**

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL, 31 de Dezembro de 2023.

SÓCIO AMINISTRADOR: ELVIO JEAN LIMA ANDRADE
C.P.F.: 008.497.364-12

CONTADOR: EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA
C.P.F.: 063.527.364-08
CRC: AL008340O-0

BALANÇO PATRIMONIAL REGISTRADO NO LIVRO DIÁRIO N° 001. TRANSCRITO NAS FOLHAS DE N° 006 A 010, AUTENTICADO SOB O N° 12406504051, EM 08/05/2024.

INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA
QUADRA A 4, N°23, PAVIMENTO PRIMEIRO, HÉLIO JATOBÁ, SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL, CEP: 57246-430
C.N.P.J.: 51.364.515/0001-01
NIRE: 27201401269

DRE – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCICIO 2023	
RECEITAS OPERACIONAIS	
BANCOS	200.000,00
SERVIÇOS	0,00
TOTAL DE RECEITAS	**200.000,00**
DESPESAS OPERACIONAIS (-)	
-	0,00
-	**0,00**
DESPESAS TRIBUTARIAS (-)	
IMPOSTO	0,00
TOTAL IMPOSTO	**0,00**
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO (+)	**200.000,00**

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL, 31 de Dezembro de 2023.

SOCIO AMINISTRADOR: ELVIO JEAN LIMA ANDRADE
C.P.F.: 008.497.364-12

CONTADOR: EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA
C.P.F.: 063.527.364-08
CRC: AL008340O-0

BALANÇO PATRIMONIAL REGISTRADO NO LIVRO DIÁRIO N° 001. TRANSCRITO NAS FOLHAS DE N° 006 A 010, AUTENTICADO SOB O N° 12406504051, EM 08/05/2024.

INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA

QUADRA A 4, N°23, PAVIMENTO PRIMEIRO, HÉLIO JATOBÁ, SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL, CEP: 57246-430

C.N.P.J.: 51.364.515/0001-01

NIRE: 27201401269

DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E APLICAÇÕES DE RECURSOS	
EXERCÍCIO FINDO EM 2023 (em reais)	
ATIVO	
ORIGEM DOS RECURSOS	**2023**
Lucro (Prejuízo) do Exercício	200.000,00
Total das Origens	200.000,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	0,00
Redução do Exigivel a Longo Prazo	0,00
Total das Aplicações	0,00
Aumento(redução) do Capital Circulante Liquido	0,00
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LIQUIDO	
Ativo Circulante	**149.800,00**
No Inicio do Exercício	**0,00**
No Final do Exercicío	**149.800,00**
Passivo Circulante	**0,00**
No Inicio do Exercício	0,00
No Final do Exercicío	0,00

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL, 31 de Dezembro de 2023.

SÓCIO AMINISTRADOR: ELVIO JEAN LIMA ANDRADE
C.P.F.: 008.497.364-12

CONTADOR: EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA
C.P.F.: 063.527.364-08
CRC: AL008340O-0

BALANÇO PATRIMONIAL REGISTRADO NO LIVRO DIÁRIO N° 001. TRANSCRITO NAS FOLHAS DE N° 006 A 010, AUTENTICADO SOB O N° 12406504051, EM 08/05/2024.

INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA

QUADRA A 4, N°23, PAVIMENTO PRIMEIRO, HÉLIO JATOBÁ, SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL, CEP: 57246-430

C.N.P.J.: 51.364.515/0001-01

NIRE: 27201401269

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS / PREJUÍZOS ACUMULADOS EXERCÍCIO FINDO EM 2023 (em reais)	
ATIVO	
ORIGEM DOS RECURSOS	**2023**
Ajuste do Exercício Anterior	0,00
Lucro / Prejuízo liquido do exercício anterior 2023	200.000,00
SALDO ACUMULADO EM 31/12/2023	200.000,00

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL, 31 de Dezembro de 2023.

SÓCIO AMINISTRADOR: ELVIO JEAN LIMA ANDRADE
C.P.F.: 008.497.364-12

CONTADOR: EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA
C.P.F.: 063.527.364-08
CRC: AL008340O-0

BALANÇO PATRIMONIAL REGISTRADO NO LIVRO DIÁRIO N° 001. TRANSCRITO NAS FOLHAS DE N° 006 A 010, AUTENTICADO SOB O N° 12406504051, EM 08/05/2024.

INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA

QUADRA A 4, N°23, PAVIMENTO PRIMEIRO, HÉLIO JATOBÁ, SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL, CEP: 57246-430

C.N.P.J.: 51.364.515/0001-01

NIRE: 27201401269

ANÁLISE ECONÔMICA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ILC =	ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE	=	R$ 149.800,00 / R$ 1,00	=	149.800,00
ILS =	(ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUES) / PASSIVO CIRCULANTE	=	R$ (149.800,00) / R$ 1,00	=	149.800,00
ILI =	ATIVO DISPONIVEL / PASSIVO CIRCULANTE	=	R$ 149.800,00 / R$ 1,00	=	149.800,00
ILG =	(ATIVO CIRCULANTE + REALIZAVEL A LONGO PRAZO) / PASSIVO CIRCULANTE	=	R$ 149.800,00 / R$ 1,00	=	149.800,00
ISG =	ATIVO TOTAL / (PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO)	=	R$ 149.800,00 / R$ 1,00	=	149.800,00
IET =	EXIGIVEL TOTAL / ATIVO TOTAL	=	R$ 1,00 / R$ 200.000,00	=	1,00
GCT =	PATRIMONIO SOCIAL / (PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO)	=	R$ 200.000,00 / R$ 1,00	=	200.000,00

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL, 31 de Dezembro de 2023.

SÓCIO AMINISTRADOR: ELVIO JEAN LIMA ANDRADE
C.P.F.: 008.497.364-12

CONTADOR: EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA
C.P.F.: 063.527.364-08
CRC: AL008340O-0

BALANÇO PATRIMONIAL REGISTRADO NO LIVRO DIÁRIO N° 001. TRANSCRITO NAS FOLHAS DE N° 006 A 010, AUTENTICADO SOB O N° 12406504051, EM 08/05/2024.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00849736412	ELVIO JEAN LIMA ANDRADE
06352736408	EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA

JUCEAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS

CERTIFICO O REGISTRO EM 09/05/2024 15:30 SOB Nº 20240287720.
PROTOCOLO: 240287720 DE 09/05/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12406609147. CNPJ DA SEDE: 51364515000101.
NIRE: 27201401269. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 09/05/2024.
INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

EDVALDO MAIORANO DE LIMA
SECRETÁRIO-GERAL
www.facilita.al.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 1

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 11, e serviu para escrituração n período de 10/07/2023 a 31/12/2023, da empresa INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA.

São Miguel dos Campos, 31/12/2023

ELVIO JEAN LIMA ANDRADE
Administrador, Sócio
CPF 008.497.364-12

EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/AL 008340

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00849736412	
06352736408	

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro autenticados automaticamente os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, em conformidade com o Art. 10 da IN DREI 82/2021 e com base nas informações prestadas pelo solicitante, sob a autenticidade nº 12406504051 em 08/05/2024, protocolo 240285891. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.facilita.al.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA
Número de Registro:	27201401269
CNPJ:	51364515000101
Munícipio:	São Miguel dos Campos

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	1
Período de Escrituração:	10/07/2023 - 31/12/2023

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
00849736412	ELVIO JEAN LIMA ANDRADE	
06352736408	EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA	AL008340

JUCEAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS

CONFORME ART. 10 DA IN DREI 82/2021,
CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO AUTOMÁTICA EM 08/05/2024 11:18 SOB Nº 20240285891.
PROTOCOLO: 240285891 DE 07/05/2024. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12406504051. NIRE: 27201401269.
INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
MACEIÓ, 08/05/2024
facilita.al.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 30, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA, município São Miguel dos Campos CNPJ nº 51.364.515/0001-01, Número de Registro (NIRE) 27201401269.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
Declaro(amos), sob as penas da Lei, que o livro apresentado para autenticação preenche todas as formalidades legais exigíveis, bem como que estou(amos) devidamente habilitado(s) para assinatura dos termos de abertura e de encerramento do livro.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 10/07/2023
Ato constitutivo: 27201401269

São Miguel dos Campos, 01/01/2024

EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/AL 008340O0

INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA
PESSOA JURÍDICA
CNPJ 51.364.515/0001-01

FOLHA 001

INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA

QUADRA A 4, N°23, PAVIMENTO PRIMEIRO, HÉLIO JATOBÁ, SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL, CEP: 57246-430

C.N.P.J.: 51.364.515/0001-01

NIRE: 27201401269

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2024	
ATIVO	
CIRCULANTE	**620.798,02**
Disponibilidade	**620.798,02**
Caixa	0,00
Bancos c/ Movimento	620.798,02
PERMANENTE	**319.317,00**
Imobilizado	**50.200,00**
Terreno	100.000,00
Móveis e utensílios	**39.317,00**
Máquinas e Equipamentos	32.000,00
Veículos	148.000,00
TOTAL	**940.115,02**
PASSIVO	
PASSIVO CIRCULANTE	**0,00**
Fornecedores	0,00
PATRIMONIO SOCIAL	**200.000,00**
Capital Social	200.000,00
Lucros acumulados	740.115,02
TOTAL	**940.115,02**

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL, 31 de Dezembro de 2024.

SÓCIO AMINISTRADOR: LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS
C.P.F.: 095.600.704-01

CONTADOR: EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA
C.P.F.: 063.527.364-08
CRC: AL008340O-0

BALANÇO PATRIMONIAL REGISTRADO NO LIVRO DIÁRIO N° 002. TRANSCRITO NAS FOLHAS DE N° 001 A 030, AUTENTICADO SOB O N° 12507847394, EM 13/05/2025.

INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA
QUADRA A 4, N°23, PAVIMENTO PRIMEIRO, HÉLIO JATOBÁ, SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL, CEP: 57246-430
C.N.P.J.: 51.364.515/0001-01
NIRE: 27201401269

DRE – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCICIO 2024	
RECEITAS OPERACIONAIS	
SALDO EXERCICIO ANTERIOR	149.800,00
SERVIÇOS	2.686.948,82
TOTAL DE RECEITAS	**2.836.748,82**
DESPESAS OPERACIONAIS (-)	
ORDENADOS E SALARIOS	43.400,00
DESPESAS C/ TRANSPORTE	27.116,60
PREVIDENCIA SOCIAL	3.886,00
FGTS	7.482,00
SERVICOS DE TERCEIROS	953.668,00
AGUA / LUZ / INTERNET	9.523,20
DESPESAS C/ REPARO E MANUTENÇÃO	4.385,00
DESPESAS C/ EVENTOS	4.923,00
PRO-LABORE	885.250,00
DESPESAS COM PUBLICIDADE	157.000,00
TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS	**2.096.633,80**
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO (+)	**740.115,02**

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL, 31 de Dezembro de 2024.

SÓCIO AMINISTRADOR: LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS
C.P.F.: 095.600.704-01

CONTADOR: EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA
C.P.F.: 063.527.364-08
CRC: AL008340O-0

BALANÇO PATRIMONIAL REGISTRADO NO LIVRO DIÁRIO N° 002. TRANSCRITO NAS FOLHAS DE N° 001 A 030, AUTENTICADO SOB O N° 12507847394, EM 13/05/2025.

INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA

FOLHA 003

QUADRA A 4, N°23, PAVIMENTO PRIMEIRO, HÉLIO JATOBÁ, SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL, CEP: 57246-430
C.N.P.J.: 51.364.515/0001-01
NIRE: 27201401269

DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIO FINDO EM 2024 (em reais)	
ATIVO	
ORIGEM DOS RECURSOS	**2024**
Lucro (Prejuízo) do Exercício	740.115,02
Total das Origens	740.115,02
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	0,00
Redução do Exigivel a Longo Prazo	0,00
Total das Aplicações	0,00
Aumento(redução) do Capital Circulante Liquido	0,00
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LIQUIDO	
Ativo Circulante	**740.115,02**
No Inicio do Exercício	200.000,00
No Final do Exercicío	**740.115,02**
Passivo Circulante	**0,00**
No Inicio do Exercício	0,00
No Final do Exercicío	0,00

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL, 31 de Dezembro de 2024.

SÓCIO AMINISTRADOR: LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS
C.P.F.: 095.600.704-01

CONTADOR: EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA
C.P.F.: 063.527.364-08
CRC: AL008340O-0

BALANÇO PATRIMONIAL REGISTRADO NO LIVRO DIÁRIO N° 002. TRANSCRITO NAS FOLHAS DE N° 001 A 030, AUTENTICADO SOB O N° 12507847394, EM 13/05/2025.

INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA

QUADRA A 4, N°23, PAVIMENTO PRIMEIRO, HÉLIO JATOBÁ, SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL, CEP: 57246-430

C.N.P.J.: 51.364.515/0001-01

NIRE: 27201401269

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS / PREJUÍZOS ACUMULADOS EXERCÍCIO FINDO EM 2024 (em reais)	
ATIVO	
ORIGEM DOS RECURSOS	**2024**
Ajuste do Exercício Anterior	0,00
Lucro / Prejuízo liquido do exercício anterior 2023	740.115,02
SALDO ACUMULADO EM 31/12/2023	740.115,02

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL, 31 de Dezembro de 2024.

SÓCIO AMINISTRADOR: LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS
C.P.F.: 095.600.704-01

CONTADOR: EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA
C.P.F.: 063.527.364-08
CRC: AL008340O-0

BALANÇO PATRIMONIAL REGISTRADO NO LIVRO DIÁRIO N° 002. TRANSCRITO NAS FOLHAS DE N° 001 A 030, AUTENTICADO SOB O N° 12507847394, EM 13/05/2025.

INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA

QUADRA A 4, N°23, PAVIMENTO PRIMEIRO, HÉLIO JATOBÁ, SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL, CEP: 57246-430

C.N.P.J.: 51.364.515/0001-01

NIRE: 27201401269

ANÁLISE ECONÔMICA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ILC = ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE = R$ 620.798,02 / R$ 1,00 = 620.798,02

ILS = (ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUES) / PASSIVO CIRCULANTE = R$ (620.798,02) / R$ 1,00 = 620.798,02

ILI = ATIVO DISPONIVEL / PASSIVO CIRCULANTE = R$ 620.798,02 / R$ 1,00 = 620.798,02

ILG = (ATIVO CIRCULANTE + REALIZAVEL A LONGO PRAZO) / PASSIVO CIRCULANTE = R$ 620.798,02 / R$ 1,00 = 620.798,02

ISG = ATIVO TOTAL / (PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO) = R$ 940.115,02 / R$ 1,00 = 940.115,02

IET = EXIGIVEL TOTAL / ATIVO TOTAL = R$ 1,00 / R$ 940.115,02 = 1,00

GCT = PATRIMONIO SOCIAL / (PASSIVO CIRCULANTE + EXIGIVEL A LONGO PRAZO) = R$ 940.115,02 / R$ 1,00 = 940.115,02

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL, 31 de Dezembro de 2024.

SÓCIO AMINISTRADOR: LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS
C.P.F.: 095.600.704-01

CONTADOR: EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA
C.P.F.: 063.527.364-08
CRC: AL008340O-0

BALANÇO PATRIMONIAL REGISTRADO NO LIVRO DIÁRIO N° 002. TRANSCRITO NAS FOLHAS DE N° 001 A 030, AUTENTICADO SOB O N° 12507847394, EM 13/05/2025.

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
06352736408	
09560070401	

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 30, e serviu para escrituração n período de 01/01/2024 a 31/12/2024, da empresa INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA.

São Miguel dos Campos, 31/12/2024

EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/AL 008340O0

INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA
PESSOA JURÍDICA
CNPJ 51.364.515/0001-01

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
06352736408	
51364515000101	

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro autenticados automaticamente os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, em conformidade com o Art. 10 da IN DREI 82/2021 e com base nas informações prestadas pelo solicitante, sob a autenticidade nº 12507847394 em 13/05/2025, protocolo 250277034. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.facilita.al.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA
Número de Registro:	27201401269
CNPJ:	51364515000101
Munícipio:	São Miguel dos Campos

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	2
Período de Escrituração:	01/01/2024 - 31/12/2024

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
06352736408	EDUARDO HENRIQUE LUCENA DA SILVA	AL008340O0
51364515000101	INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA	

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA
CNPJ: 51.364.515/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:39:26 do dia 07/03/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/09/2025.
Código de controle da certidão: **8C05.6AF8.157B.0443**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

CERTIDÃO ESTADUAL

FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL E CONCORDATA

CERTIDÃO Nº: 004395014 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, anteriores, verifiquei NÃO CONSTAR distribuições em nome de:

INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA, vinculado ao CNPJ: 51.364.515/0001-01 ********

Certifico ainda que a pesquisa acima refere-se a AÇÕES DE FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL E CONCORDATA em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, com as ressalvas abaixo:

Observações:

1 - A presente certidão foi emitida de acordo com a Resolução nº. 121/2010 do CNJ;

2 - A presente certidão não abrange eventuais ações de FALÊNCIA em que a pessoa a respeito da qual é expedida figure no pólo ativo;

3 - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ;

4 - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que deverão ser objeto de certidões específicas;

5 - A exatidão dos dados pessoais fornecidos para pesquisa é de inteira responsabilidade da parte interessada.

6 - A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (www.tjal.jus.br).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Maceió, segunda-feira, 12 de maio de 2025 às 12h00min.

PEDIDO Nº: *0004395014*

Estado de Alagoas
Secretaria de Estado da Fazenda
Superintendência da Receita Estadual

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS ESTADUAIS COM EFEITOS DE NEGATIVA

Certidão fornecida para o CNPJ: 51.364.515/0001-01

Nome/Contribuinte INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos existir, na presente data, pendências cadastradas em nome do contribuinte acima identificado, as quais estão com a exigibilidade suspensa nos termos dos incisos II, III e/ou IV, do art. 151, do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966).

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos do contribuinte e refere-se a débitos de natureza tributária e descumprimento de obrigações acessórias.

Certidão emitida gratuitamente com base na Instrução Normativa SEF nº. 27 de 15 de maio de 2017.

Certidão emitida nos termos do art. 79 da Lei nº 6.771/06 e do art. 258 do Decreto nº 25.370/13.

Válida até 11/07/2025

Emitida às 17:45:34 do dia 12/05/2025

Código de controle da certidão: 7F38-603C-736E-4677

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na internet, no endereço: www.sefaz.al.gov.br.

Autentique este documento em:

Prefeitura Municipal de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Secretaria Municipal de Finanças

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Documento Nº.	Código de Verificação	Data de Emissão	Data de Validade
13564	QXQJ-TXYR	06/05/2025	05/06/2025

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO

Nome/Título do Estabelecimento	CNPJ/CPF
INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS	**51.364.515/0001-01**

Nome Empresarial
INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA

Endereço
QUADRA A 4, 23, HÉLIO JATOBÁ II, SAO MIGUEL DOS CAMPOS/AL

CERTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS certifica que até a presente data não constam débitos para o contribuinte citado acima.

OBSERVAÇÕES

- Fica assegurado ao Município a cobrança de qualquer débito que possa ser verificado posteriormente;

- O presente documento somente tem validade:
  a. Quando nao apresentar rasuras;
  b. Até a data de validade exposta acima;

A aceitação deste documento esta condicionada à verificação de sua validade, de forma exclusiva pelo aceitante junto à Prefeitura Municipal de **SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**.

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 51.364.515/0001-01
Razão Social: INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA
Endereço: HELIO JATOBA PAVIMENTO PRIMEIRO 23 / HELIO JATOBA II / SAO MIGUEL DOS CAMPOS / AL / 57245-035

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/05/2025 a 11/06/2025

Certificação Número: 2025051306286128079545

Informação obtida em 25/05/2025 22:22:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 51.364.515/0001-01
Certidão nº: 28786239/2025
Expedição: 25/05/2025, às 22:21:32
Validade: 21/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INNOV SOLUCOES EDUCATIVAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **51.364.515/0001-01, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA DE AMARANTE
UM NOVO TEMPO

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro. CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL - E-mail: https://http://amarante.ma.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 120/2025

INEXIGIBILIDADE nº 010/2025

PARECER JURÍDICO

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Inexigibilidade De Licitação. Contratação Direta. Contratação de empresa especializada para aquisição de laboratório educacional móvel para atender as necessidades das escolas Municipais de Amarante – MA, com base no inciso I do art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021. Possibilidade de adoção do procedimento destinado à Inexigibilidade de licitação, desde que adotadas as providências recomendadas.

I – RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de parecer referente à possibilidade de realização de contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, I, da Lei 14.133/21, com o objeto Contratação Direta. Contratação de empresa especializada para aquisição de laboratório educacional móvel para atender as necessidades das escolas Municipais de Amarante do Maranhão – MA. Com efeito, foram colacionados documentos relativos ao procedimento licitatório para a análise jurídica.

Cumpre registrar, ainda, que a análise em comento toma por base os documentos e informações constantes dos autos, haja vista a presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos prestados pelos agentes públicos consignatários.

Era o que cumpria relatar.

II - PRELIMINARMENTE

Oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do Art.8º, §3º, da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si. Nada

obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade, que deve nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública (art. 5º da Lei nº. 14.133/21).

Faz-se este esclarecimento porque o parecer jurídico, conforme orientação doutrinária e jurisprudencial, embora seja obrigatório, é ato de natureza meramente opinativa não vinculante, cabendo ao gestor tomar a decisão que lhe parecer mais adequada, oportuna e/ou conveniente (STF, AgReg no HC nº 155.020).

Apesar disto, deve-se salientar que, não obstante determinadas observações sejam feitas sem caráter vinculativo, elas visam à segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Apesar disto, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Sendo assim, a presente análise jurídica do caso em tela será opinativa, de modo que tal opinião não vincula o administrador público, podendo o administrador público entender de modo diverso. Tendo este Parecer o escopo de assistir a autoridade administrativa no controle interno da legalidade dos atos a serem praticados.

Nossa função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

III - DA ANÁLISE JURÍDICA

Excluindo-se os elementos técnicos e econômicos que embasaram o procedimento, é realizada a presente análise sobre os elementos e/ou requisitos eminentemente jurídicos do presente procedimento. As contratações públicas devem ser precedidas da realização de certame licitatório, cumprindo ao administrador a escolha da avença que seja mais vantajosa ao interesse público, sem menosprezar o princípio da impessoalidade, que regula a

participação dos licitantes, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República de 1988 e da Lei nº 14.133 (Nova Lei de Licitações).

Nesse norte, a realização da licitação é, em regra, conditio *sine qua non* para a consecução da contratação pública. Com efeito, é preciso que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa ao interesse público e, ainda, conceda a todos os interessados igualdade de condições.

Excepcionalmente, em situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei nº 14.133 de 2021, autorizando a Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

A norma esculpida no art. 74, I da Lei nº 14.133 de 2021, a qual entende ser inaplicável a regra referente à licitação quando não for viável a competição em casos em que a Administração pretende realizar a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
>
> **I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;**

Em consonância com o exposto acima, no caso dos autos, a Administração comprova a notória exclusividade do fornecedor, justificando a impossibilidade de competição.

Insta destacar, ainda, que a matéria em epígrafe é dotada de baixa complexidade jurídica, porquanto, via de regra, restringe-se a conferência documental e adequada instrução processual, a qual será orientada por Lista de Verificação específica para a hipótese de Contratação Direta realizada nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

Deste modo, consoante a justificativa/objetivo e detalhamento da contratação c/c as declarações postas, a administração justifica tecnicamente que os produtos/serviços a serem contratados através da contratação direta em tela são os únicos a atenderem a necessidade da Administração.

Contudo, vejamos alguns pontos que devem ser observados. A presente manifestação referencial tem como paradigma alinhar as orientações gerais e garantir diretrizes prévias para a instrução de processos administrativos relativos à contratação direta por inexigibilidade de licitação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

Logo ao seu início, precisamente no art. 2º, inciso V, a Lei nº 14.133/2021 trouxe previsão da aplicação de suas normas a "serviços técnico-profissionais especializados", de logo, atraindo o estatuto licitatório para o objeto paradigma. Sabe-se que, nos termos art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, existe a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional também reconhece a existência de exceções a essa regra, ao registrar a ressalva dos casos especificados na legislação.

Desse modo, tal como admitiu o poder constituinte, a lei previu casos excepcionais que permitem à Administração Pública realizar contratações diretas, sendo nas hipóteses em que o procedimento licitatório é dispensado (art. 75) e naquelas em que ele é inexigível (art. 74), conforme dispõe a Lei nº. 14.133/2021. A presente manifestação referencial, conforme alhures destacado, limitar-se-á à hipótese de contratação direta por inexigibilidade de licitação de aquisição de materiais, para os fins pretendidos, termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Assim, o art. 74 do estatuto licitatório, o legislador faz uma lista exemplificativa de situações que podem caracterizar essa ausência de competição, e, consequentemente, levar à inexigibilidade, incluindo-se aí as contratações de materiais fornecidos exclusivamente. Atente-se que o requisito da exclusividade exigido na Lei é consagrado no respectivo ramo da atuação, o que acarreta a necessidade de demonstrar experiência, credibilidade e confiança na prestação dos serviços contratados, motivo pelo qual não se verifica viável a competição.

Superada a possibilidade jurídica do pleito, é imperioso verificar a regularidade do procedimento, conforme as determinações da LLC.

Portanto, o procedimento licitatório destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a

promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Assim, em se tratando das contratações feitas pelo Ente Público, deve-se observar a impessoalidade, a eficiência, a publicidade, a moralidade e a legalidade, de forma a se realizar qualquer contratação em vista de se despender o erário público da forma mais eficiente e que melhor atenda o interesse público, o que se consubstancia no alcance da proposta mais vantajosa.

Contudo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, poderá ser inexigível a licitação para aquisição de materiais e outros, conforme o estipulado nos termos do Art.74, inciso I, e art. 72, da mesma Lei de Licitações.

Tendo em vista que a aquisição de livros didáticos é medida necessária para assegurar a continuidade e a qualidade do ensino no município, e ainda, são produtos que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, o que ocorre no presente caso.

Justifica-se ainda a escolha da empresa contratada, em função da sua exclusividade, que se faz necessária e atende à demanda e suas necessidades. Por fim, apresentou todas as certidões de regularidade e documentação válidas, conforme consta em anexo nos autos deste processo.

Nesse sentido, os critérios e requisitos legais a serem preenchidos para amoldar o caso concreto à hipótese permissiva excepcional são os seguintes, previstos na supramencionada lei. Portanto, o critério selecionado está de acordo a norma regente.

Ainda, considerando o Objeto e a Justificativa apresentados no Termo de Referência devidamente anexado ao Edital para a realização da licitação, à luz da necessidade apresentada, tem-se que o presente Processo Licitatório se faz necessário, dado a necessidade da administração.

Ademais, o Edital esclarece os recursos orçamentários destinados ao cumprimento das despesas previstas para a locação do presente processo. Bem como todas as condições

de participação dos interessados no certame, além dos esclarecimentos operacionais necessários ao isonômico andamento da disputa.

CONCLUSÃO

Isto posto, não se vislumbra eventual ilegalidade no presente Processo de Licitação em apreço, sendo que todo o procedimento adotado pela Comissão de Licitação se apresenta condizente com o que prevê os artigos 72 e. 74, I, da Lei de licitação e o Decreto Municipal 017/2021 e lei Municipal 526/2024, aprovo a minuta do contrato DE INEXIGIBILIDADE Nº 010/2025. Verifico que quanto aos aspectos jurídico-formais, não há óbice legal quanto ao prosseguimento do procedimento de inexigibilidade para a pretendida contratação, desde que seguidas as orientações acima, as quais devem ser elaboradas em consonância com a legislação disciplinadora da matéria.

Portanto, face ao exposto, e com fundamento na legislação acima, verifica-se a devida obediência aos seus ditames, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste.

Opina - se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, desde que cumpridos os pontos resumidamente elencados acima, e as exigências estabelecidas na Lei Federal, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica.

São os termos do parecer, reitera-se, meramente opinativo e orientador, que submetemos à decisão superior hierárquica.

É o parecer. À origem, com as cautelas legais para superior apreciação.

Amarante do Maranhão - MA, 20 de Junho de 2025.

JOSÉ AIRTON DOS SANTOS
Assessor jurídico do departamento de licitação
Portaria nº 092/2024 - GAP
OAB/MA 12.607

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

DESPACHO PARA PARECER JURÍDICO

DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	120/2025
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	010/2025
MODALIDADE:	INEXIGIBILIDADE
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTES(S)	-
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA
VALOR ESTIMADO:	**R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)**

Encaminhando em anexo a essa egrégia Assessoria Jurídica os autos do processo administrativo em epígrafe, para análise jurídica da contratação bem como controle prévio de legalidade, nos termos do § 4º, do art. 53 da Lei 14.133/2021.

Sendo o que dispomos para o momento reiteramos nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Amarante do Maranhão - MA, 19 de junho de 2025

Valdenilson de Sousa Costa
Agente de Contratação

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR
Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA
(Art. 72, VIII, LEI FEDERAL 14.133/21)

DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	120/2025
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	010/2025
MODALIDADE:	INEXIGIBILIDADE
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNIICPAL DE EDUCAÇÃO
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTES(S)	-
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA
VALOR ESTIMADO:	**R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)**

CONSIDERANDO que a documentação e informações colacionadas aos autos do processo administrativo em epígrafe, e com fundamento na Lei 14.133/2021, Art. 74, I - Inexigibilidade - Fornecedor ou Prestador de Serviço Exclusivo;

CONSIDERANDO restou justificado a razão de escolha do contratado;

CONSIDERANDO ficou demonstrado que os preços praticados pelo contratado são compatíveis com os preços de mercado;

CONSIDERANDO que o contratado cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Termo de Referência, bem como sua Proposta Comercial atende as especificações do objeto pretendido, e;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do órgão de assessoramento jurídico, quanto ao atendimento dos requisitos exigidos para a presente contratação;

APROVO o Termo de Referência, Minuta do Contrato, Estudo Técnico Preliminar e Justificativa da Contratação, e;

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE nº 010/2025 para Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA, nos termos do Lei 14.133/2021, Art. 74, I - Inexigibilidade - Fornecedor ou Prestador de Serviço Exclusivo, conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2025, cujo contratação deverá ser celebrada com a empresa **INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA**, CNPJ nº 51.364.515/0001-01, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Quadra I, nº 08, Hélio Jatobá I – São Miguel dos Campos - AL, representada por Sr. Línex Geaninne da Silva Santos, portador do RG n.º 34144307 SSP AL e CPF n.º 095.600.704-01. A contratação terá seu valor global no importe de **R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)**, em conformidade com a proposta apresentada.

Amarante do Maranhão - MA, 23 de junho de 2025

JANIO MARINHO VIANA
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Orçamentária

ESTADO DO MARANHÃO
AMARANTE - MA
PÁGINA NUMERO: 0124
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
Instuído pela lei municipal nº 424-2017, de 28 de Março de 2017
Quinta, 26 de Junho de 2025 | VOL: 6 | Nº 1085 | ISSN 2764-6653

Índice

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL 2
AVISO DE RETIFICAÇÃO/ERRATA 2
ERRATA DE AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025 2
ERRATA DE AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025 2
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 2
RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO SRP - Nº 014/2025 2
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 2
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA 2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

AVISO DE RETIFICAÇÃO/ERRATA

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025. O Município de Amarante do Maranhão avisa aos interessados que na publicação do Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico nº 016/2025, publicada no Diário Oficial do Município - DOM, no dia 12/06/2025, página 2. ONDE SE LÊ: realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 27 de junho de 2025. LEIA-SE: realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 01 de julho de 2025. Amarante do Maranhão – MA, 25 de junho de 2025, Valdenilson de Sousa Costa – Agente de Contratação.

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro

Código identificador: $gdQ8E.eoNgg

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025. O Município de Amarante do Maranhão avisa aos interessados que na publicação do Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico nº 017/2025, publicada no Diário Oficial do Município - DOM, no dia 12/06/2025, página 3. ONDE SE LÊ: realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 24 de junho de 2025. LEIA-SE: realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 26 de junho de 2025. Amarante do Maranhão – MA, 25 de junho de 2025, Valdenilson de Sousa Costa – Agente de Contratação.

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro

Código identificador: kbxxkirauxe20250625210627

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO SRP - Nº 014/2025

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO SRP - Nº 014/2025 A Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA, por intermédio do Pregoeiro, torna público o resultado do Pregão Eletrônico SRP nº 014/2025, tendo como objeto a Registro de Preços para eventual aquisição de gás oxigênio medicinal hospitalar, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Amarante do Maranhão - MA, saiu como vencedora da licitação supracitada, as empresas: DELTA SHOP – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrito no CNPJ nº 19.316.524/0001-14, vencedora dos itens: 010 e 011, com proposta apresentada no valor total de R$ 21.187,00 (vinte e um mil cento e oitenta e sete reais), HRMEDICAL SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 31.445.696/0001-93, vencedora dos item: 009, com proposta apresentada no valor total de R$ 32.998,50 (trinta e dois mil novecentos e noventa e oito centavos e cinquenta centavos) e IMPERGAS COMÉRCIO DE GASES E IMPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.869.706/0001-48, vencedora dos itens: 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007 e 008, com proposta apresentada no valor total de R$ 1.120.680,00 (um milhão cento e vinte mil seiscentos e oitenta reais). Considerando que o critério de julgamento foi por Menor Preço por item. O Pregoeiro informa ainda, que os autos do Processo encontram-se, com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA, ou poderão ser consultados por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://http://amarante.ma.gov.br, no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ ou no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP através do endereço: http://www.gov.br/pncp/pt-br. Amarante do Maranhão - MA, em 26 de junho de 2025. Valdenilson de Sousa Costa — Pregoeiro

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro

Código identificador: 04evysbdj220250626130646

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA (Art. 72, VIII, LEI FEDERAL 14.133/21) DADOS DO PROCESSO Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 120/2025 Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: 010/2025

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNIICPAL DE EDUCAÇÃO ÓRGÃO(S) PARTICIPANTES(S) - OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA VALOR ESTIMADO: R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) CONSIDERANDO que a documentação e informações colacionadas aos autos do processo administrativo em epígrafe, e com fundamento na Lei 14.133/2021, Art. 74, I - Inexigibilidade - Fornecedor ou Prestador de Serviço Exclusivo; CONSIDERANDO restou justificado a razão de escolha do contratado; CONSIDERANDO ficou demonstrado que os preços praticados pelo contratado são compatíveis com os preços de mercado; CONSIDERANDO que o contratado cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Termo de Referência, bem como sua Proposta Comercial atende as especificações do objeto pretendido, e; CONSIDERANDO a manifestação favorável do órgão de assessoramento jurídico, quanto ao atendimento dos requisitos exigidos para a presente contratação; APROVO o Termo de Referência, Minuta do Contrato, Estudo Técnico Preliminar e Justificativa da Contratação, e; AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE nº 010/2025 para Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA, nos termos do Lei 14.133/2021, Art. 74, I - Inexigibilidade - Fornecedor ou Prestador de Serviço Exclusivo, conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2025, cujo contratação deverá ser celebrada com a empresa INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA, CNPJ nº 51.364.515/0001-01, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Quadra I, nº 08, Hélio Jatobá I – São Miguel dos Campos - AL, representada por Sr. Línex Geaninne da Silva Santos, portador do RG n.º 34144307 SSP AL e CPF n.º 095.600.704-01. A contratação terá seu valor global no importe de R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), em conformidade com a proposta apresentada. Amarante do Maranhão - MA, 23 de junho de 2025 JANIO MARINHO VIANA — Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Orçamentária

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro

Código identificador: ldiil0hrkuk20250626170622

Estado do Maranhão
PREFEITURA DE AMARANTE DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Secretaria Municipal de Administração
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro, Amarante do Maranhão - MA
Cep: 65923-000

Vanderly Gomes Miranda
Prefeito Municipal

Weliton Silva
Secretario Municipal de Administração

Informações: prefeitura@amarante.ma.gov.br

/C=BR/O=ICP-Brasil/OU=Certificado Digital PJ A1/OU=
Presencial/OU=47280695000176/OU=AC SyngularID
Multipla/CN=MUNICIPIO DE AMARANTE DO
MARANHAO:06157846000116
Data: 26/06/2025

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO Nº 20250626INEX0102025

O Município de Amarante do Maranhão – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, convoca a empresa **INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA**, para a assinatura do contrato, decorrente da INEXIGIBILIDADE Nº 010/2025.

Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções previstas em lei.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

MUNICÍPIO DE AMARANTE DO MARANHÃO – MA, 26 DE JUNHO DE 2025.

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA
Secretaria Municipal de Educação
Sra. Geane Viana da Silva
RG nº 061828892017-8 SSP MA
CPF nº 522.152.373-68
Contratante

Recebi em ____/____/_____ gov.br Documento assinado digitalmente
LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS
Data: 26/06/2025 17:54:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA
CNPJ sob o n.º 51.364.515/0001-01

CONTRATO Nº 20250626INEX0102025.
PROC. ADM. Nº 120/2025

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE – MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA.

Por este instrumento particular, a PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE DO MARANHÃO/MA inscrita no CNPJ sob o nº 06.157.846/0001-16, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 30.758.161/0001-00, neste ato representada pela Secretária municipal de Educação, Srª. Geane Viana da Silva Carvalho, portadora do CI/RG Nº 061828892017-8 SSP MA e do CPF/MF nº 522.152.373-68, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA, inscrita no C.N.P.J sob o n.º 51.364.515/0001-01, com sede na Quadra I, nº 08, Hélio Jatobá I – São Miguel dos Campos - AL, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Línex Geaninne da Silva Santos, portador do RG n.º 34144307 SSP AL e CPF n.º 095.600.704-01, têm, entre si, ajustado o presente CONTRATO Nº 20250623INEX0102025, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e justam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA, nas condições estabelecidas no Processo de Inexigibilidade n° 008/2025.

1.2 Objeto da Contratação;

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA MÓVEL CONTENDO: CARRO DE ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E RECARGA PRÁTICA PARA 40 POSIÇÕES DE NETBOOKS, CHROMEBO-OKS E TABLETS DE ATÉ 12 POLEGADAS. COM 30 CHROME-BOOKS. EQUIPAMENTO JÁ VAI ORGANIZADO, MONTADO, PLOTADO E CONFIGURADO PARA USO.	UND	5	R$ 105.000,00	R$ 525.000,00
2	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA MÓVEL CONTENDO: CARRO DE ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E RECARGA PRÁTICA PARA 40 PEÇAS DE NETBOOKS, CHROMEBO-OKS E TABLETS DE ATÉ 12 POLEGADAS. COM 35 CHROME-BOOKS. EQUIPAMENTO JÁ VAI ORGANIZADO, MONTADO, PLOTADO E CONFIGURADO PARA USO.	UND	5	R$ 115.000,00	R$ 575.000,00
VALOR TOTAL: R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)					

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 A Proposta do contratado;

1.3.2 Termo de Referência;

1.3.3 Processo de Inexigibilidade;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2025, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, execução, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1 O valor total da contratação é de **R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)**.

4.2 4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Banco: **Banco do Brasil;**
Agência: **1233-5;**
Conta Corrente: **75623-7;**

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta de preços apresentada.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VA = \frac{VDI}{INI} \times INF$$, onde:

VA = Valor Atualizado
VDI = Valor Inicial
INI = IGP-M/FGV na data inicial
INF = IGPM/FGV na data final

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.2 A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.3 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.4 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando houver garantia contratual.

8.5 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

9.1 Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do serviço, durante a vigência do contrato.

9.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

9.18 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.19 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.20 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o

atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.22 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da prestação dos serviços da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
d) Multa:
I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;
II - 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
III - 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

IV - 15% (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso na execução do objeto ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro

Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.13As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3 Indenizações e multas.

12.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

03 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FUNDEB;
02 – PODER EXECUTIVO;
02 11 – FUNDEB;
021100 – FUNDEB;
12 – EDUCAÇÃO;
12 361 – ENSINO FUNDAMENTAL;
12 361 0403 – ENSINO FUNDAMENTAL;
12 361 0403 2081 0000 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30%;
4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.3 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

16.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Amarante do Maranhão – MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Amarante do Maranhão - (MA), 26 de junho de 2025.

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA
Secretaria Municipal de Educação
Sra. Geane Viana da Silva
RG nº 061828892017-8 SSP MA
CPF nº 522.152.373-68
Contratante

gov.br
Documento assinado digitalmente
LINEX GEANINNE DA SILVA SANTOS
Data: 26/06/2025 17:53:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA
C.N.P.J sob o n.º 51.364.515/0001-01
Sr. Línex Geaninne da Silva Santos
RG n.º 34144307 SSP AL
CPF n.º 095.600.704-01
Contratada

Testemunhas:

Nome: Jaiza Silva CPF nº 053659953 09

Nome: Eduardo Alves V CPF nº 605032373-10

PREFEITURA DE AMARANTE
O TRABALHO NÃO PODE PARAR

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão-MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

EXTRATO DE CONTRATO N° **20250626INEX0102025**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA. VALOR TOTAL: **R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)**; INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **03 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FUNDEB; 02 – PODER EXECUTIVO; 02 11 – FUNDEB; 021100 – FUNDEB; 12 – EDUCAÇÃO; 12 361 – ENSINO FUNDAMENTAL; 12 361 0403 – ENSINO FUNDAMENTAL; 12 361 0403 2081 0000 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30%; 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;** PARTES: Secretaria Municipal de Educação, representada pela Srª. Geane Viana da Silva Carvalho, pela CONTRATANTE, e o Sr. Línex Geaninne da Silva Santos, Representante Legal da empresa **INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA**, pela CONTRATADA. VIGÊNCIA: Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, pelo período de até 31 de dezembro de 2025. DATA DA ASSINATURA: 26 de junho de 2025. Amarante do Maranhão – MA, 26 de junho de 2025. **Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA** - Secretaria Municipal de Educação - Srª. Geane Viana da Silva Carvalho

ESTADO DO MARANHÃO
AMARANTE - MA
PÁGINA NUMERO: 0140
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
Instuído pela lei municipal nº 424-2017, de 28 de Março de 2017
Quinta, 26 de junho de 2025 | VOL: 6 | Nº 1085 | ISSN 2764-6653

Índice

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2
EXTRATO DE CONTRATO 2
EXTRATO DE CONTRATO Nº 20250626INEX0102025 2
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL 2
AVISO DE RETIFICAÇÃO/ERRATA 2
ERRATA DE AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025 2
ERRATA DE AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025 2
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 2
RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO SRP - Nº 014/2025 2
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 3
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA 3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO N° 20250626INEX0102025

EXTRATO DE CONTRATO N° **20250626INEX0102025**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA. VALOR TOTAL: **R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais);** INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **03 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FUNDEB; 02 – PODER EXECUTIVO; 02 11 – FUNDEB; 021100 – FUNDEB; 12 – EDUCAÇÃO; 12 361 – ENSINO FUNDAMENTAL; 12 361 0403 – ENSINO FUNDAMENTAL; 12 361 0403 2081 0000 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30%; 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;** PARTES: Secretaria Municipal de Educação, representada pela Srª. Geane Viana da Silva Carvalho, pela CONTRATANTE, e o Sr. Línex Geaninne da Silva Santos, Representante Legal da empresa **INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA,** pela CONTRATADA. VIGÊNCIA: Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, pelo período de até 31 de dezembro de 2025. DATA DA ASSINATURA: 26 de junho de 2025. Amarante do Maranhão – MA, 26 de junho de 2025. **Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA -** Secretaria Municipal de Educação - Srª. Geane Viana da Silva Carvalho

Publicado por: Geane Viana da Silva Carvalho

Código identificador: peujwkz5fu20261014151028

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

AVISO DE RETIFICAÇÃO/ERRATA

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025. O Município de Amarante do Maranhão avisa aos interessados que na publicação do Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico nº 016/2025, publicada no Diário Oficial do Município - DOM, no dia 12/06/2025, página 2. **ONDE SE LÊ:** realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 27 de junho de 2025. **LEIA-SE:** realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 01 de julho de 2025. Amarante do Maranhão – MA, 25 de junho de 2025, Valdenilson de Sousa Costa – Agente de Contratação.

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro

Código identificador: $gdQ8E.eoNgg

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025. O Município de Amarante do Maranhão avisa aos interessados que na publicação do Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico nº 017/2025, publicada no Diário Oficial do Município - DOM, no dia 12/06/2025, página 3. **ONDE SE LÊ:** realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 24 de junho de 2025. **LEIA-SE:** realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 26 de junho de 2025. Amarante do Maranhão – MA, 25 de junho de 2025, Valdenilson de Sousa Costa – Agente de Contratação.

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro

Código identificador: kbxxkirauxe20250625210627

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO SRP - Nº 014/2025

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO SRP - Nº 014/2025

A Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA, por intermédio do Pregoeiro, torna público o resultado do Pregão Eletrônico SRP nº 014/2025, tendo como objeto a Registro de Preços para eventual aquisição de gás oxigênio medicinal hospitalar, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Amarante do Maranhão - MA, saiu como vencedora da licitação supracitada, as empresas: **DELTA SHOP – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrito no **CNPJ nº 19.316.524/0001-14**, vencedora dos itens: 010 e 011, com proposta apresentada no valor total de **R$ 21.187,00 (vinte e um mil cento e oitenta e sete reais), HRMEDICAL SOLUÇÕES LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 31.445.696/0001-93,** vencedora dos item: 009, com proposta apresentada no valor total de **R$ 32.998,50 (trinta e dois mil novecentos e noventa e oito centavos e cinquenta centavos)** e **IMPERGAS COMÉRCIO DE GASES E IMPORTAÇÃO LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 10.869.706/0001-48,** vencedora dos itens: 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007 e 008, com proposta apresentada no valor total de **R$ 1.120.680,00 (um milhão cento e vinte mil seiscentos e oitenta reais).** Considerando que o critério de julgamento foi por Menor Preço por item. O Pregoeiro informa ainda, que os autos do Processo encontram-se, com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA, ou poderão ser consultados por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://http://amarante.ma.gov.br, no site do PORTAL DE

COMPRAS PUBLICAS https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ ou no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP através do endereço: http://www.gov.br/pncp/pt-br. Amarante do Maranhão - MA, em 26 de junho de 2025. Valdenilson de Sousa Costa — **Pregoeiro**

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro

Código identificador: 04evysbdj220250626130646

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

(Art. 72, VIII, LEI FEDERAL 14.133/21)

DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	120/2025
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	010/2025
MODALIDADE:	INEXIGIBILIDADE
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNIICPAL DE EDUCAÇÃO
ÓRGÃO(S) PARTICIPANTES(S)	-
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA
VALOR ESTIMADO:	**R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)**

CONSIDERANDO que a documentação e informações colacionadas aos autos do processo administrativo em epígrafe, e com fundamento na Lei 14.133/2021, Art. 74, I - Inexigibilidade - Fornecedor ou Prestador de Serviço Exclusivo;

CONSIDERANDO restou justificado a razão de escolha do contratado;

CONSIDERANDO ficou demonstrado que os preços praticados pelo contratado são compatíveis com os preços de mercado;

CONSIDERANDO que o contratado cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Termo de Referência, bem como sua Proposta Comercial atende as especificações do objeto pretendido, e;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do órgão de assessoramento jurídico, quanto ao atendimento dos requisitos exigidos para a presente contratação;

APROVO o Termo de Referência, Minuta do Contrato, Estudo Técnico Preliminar e Justificativa da Contratação, e;

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE nº 010/2025 para Contratação de empresa especializada para aquisição de Laboratório Educacional Móvel, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Amarante do Maranhão - MA, nos termos do Lei 14.133/2021, Art. 74, I - Inexigibilidade - Fornecedor ou Prestador de Serviço Exclusivo, conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2025, cujo contratação deverá ser celebrada com a empresa **INNOV SOLUÇÕES EDUCATIVAS LTDA**, CNPJ nº 51.364.515/0001-01, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Quadra I, nº 08, Hélio Jatobá I – São Miguel dos Campos - AL, representada por Sr. Línex Geaninne da Silva Santos, portador do RG n.º 34144307 SSP AL e CPF n.º 095.600.704-01. A contratação terá seu valor global no importe de **R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)**, em conformidade com a proposta apresentada. Amarante do Maranhão - MA, 23 de junho de 2025 JANIO MARINHO VIANA — Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Orçamentária

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro

Código identificador: ldiil0hrkuk20250626170622

Estado do Maranhão
PREFEITURA DE AMARANTE DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Secretaria Municipal de Administração
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro, Amarante do Maranhão - MA
Cep: 65923-000
MUNICIPIO DE AMARANTE DO MARANHAO:06157846000116

Vanderly Gomes Miranda
Prefeito Municipal

Weliton Silva
Secretario Municipal de Administração

Informações: prefeitura@amarante.ma.gov.br

MUNICIPIO DE AMARANTE DO MARANHAO:06157846000116

/C=BR/O=ICP-Brasil/OU=Certificado Digital PJ A1/OU=Presencial/OU=47280695000176/OU=AC SyngularID Multipla/CN=MUNICIPIO DE AMARANTE DO MARANHAO:06157846000116 Data:26.06.2025 20:52